

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bianca Ojczenasz Schmidt

**SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL COMO FERRAMENTAS
DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA ASCENSÃO CHINESA E O
INSTITUTO CONFÚCIO**

Santa Maria, RS

2021

Bianca Ojczenasz Schmidt

**SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL COMO FERRAMENTAS DE
POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA ASCENSÃO CHINESA E O INSTITUTO
CONFÚCIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM RS) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Bruno Hendler

Santa Maria, RS

2021

Bianca Ojczenasz Schmidt

**SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL COMO FERRAMENTAS DE
POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA ASCENSÃO CHINESA E O INSTITUTO
CONFÚCIO**

Trabalho de conclusão de conclusão de curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM RS) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em 08 de fevereiro de 2021

Bruno Hendler, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Joséli Fiorin Gomes, Dra. (UFSM)

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira, Dra. (UFRJ)

Santa Maria, RS

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade de Santa Maria pelo espaço de acolhimento ao longo da graduação, por continuar fomentando a pesquisa, extensão e produção científica, mesmo em tempos onde a educação vem sendo posta de lado. Agradeço a todos os funcionários da instituição que colaboraram com a minha formação direta ou indiretamente.

Aos meus pais, Luciana e Leandro, por todo amor, apoio, carinho, incentivo ao estudo e a leitura que foram fundamentais para a construção de quem eu sou hoje. Agradeço também aos meus tios, Carla e Sandro, sem vocês a realização desse sonho não seria possível. Agradeço, também, à toda a minha família, irmãos, tias, avó e primos que sempre se fizeram presente, mesmo de longe.

Agradeço ao meu orientador, Bruno Hendler, por ter aceitado conduzir essa pesquisa junto a mim, por todo empenho dedicado na construção desse trabalho, pelo apoio e todas as oportunidades oferecidas dentro da universidade.

Aos meus amigos, especialmente Andressa, Gustavo, Hugo, Luiza e Thaís, que sempre se fizeram presente e acompanharam essa jornada, a todos vocês agradeço pelo apoio, pelas risadas e pelos momentos compartilhados que tornaram toda essa jornada muito melhor e maior. Agradeço também a Mabel por ter sido não apenas uma amiga, mas também uma irmã e fiel companheira ao longo de todo esse processo, sem a tua presença tudo teria sido mais difícil.

Por fim, agradeço ao sistema público de educação, responsável por toda a minha formação e a razão por eu estar aqui.

“A conquista do poder cultural é prévia à do poder político, e isto se consegue mediante a ação concertada dos intelectuais chamados orgânicos infiltrados em todos os meios de comunicação, expressão e universitário.”

Antonio Gramsci

RESUMO

SOFT POWER E DIPLOMACIA CULTURAL COMO FERRAMENTAS DE POLÍTICA EXTERNA: O CASO DA ASCENSÃO CHINESA E O INSTITUTO CONFÚCIO

AUTORA: Bianca Ojczenasz Schmidt

ORIENTADOR: BRUNO HENDLER

A presente pesquisa tem como foco principal analisar como a China, potência em ascensão, vem fazendo uso de recursos de *soft power* para implementar e fortificar a sua política externa. Para tanto, este trabalho debruça-se na pesquisa das plurais categorias de poder, tendo como ponto de partida as classificações de *hard power* e *soft power* propostas por Joseph Nye a partir da década de 1990. Há também a análise das mudanças históricas ocorridas na China durante o período contemporâneo para que se torne possível compreender a chegada de um país do Sul-Global na categoria de grande potência. Além disso, há a realização do estudo acerca das ferramentas de *soft power* empregadas pela China, na tentativa da criação de uma imagem positiva do seu país no sistema internacional, com um enfoque especial nos Institutos Confúcio.

Palavras-chave: China. *Soft Power*. Política Externa. Instituto Confúcio.

ABSTRACT

SOFT POWER AND PUBLIC DIPLOMACY AS A FOREIGN POLICY TOOL: THE CASE OF THE CHINESE RISE AND THE CONFUCIUS INSTITUTES

AUTORA: Bianca Ojczenasz Schmidt

ORIENTADOR: Bruno Hendler

The present research has as main focus to analyze how China, a rising power, has been using soft power resources to implement and strengthen its foreign policy. To this end, this work focuses on researching the plural categories of power, taking as a starting point the classifications of hard and soft power proposed by Joseph Nye from the 1990s onwards. There is also an analysis of the historical changes that occurred in China during the contemporary period so that it becomes possible to understand the arrival of a country in the Global South in the category of great power. In addition, there is a study on the soft power tools used by China, in an attempt to create a positive image of its country in the international system, with a special focus on Confucius Institutes.

Keywords: China. *Soft Power*. Foreign Policy. Confucius Institutes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. MATRIZ TEÓRICA.....	12
2.1. SOFT POWER TRADICIONAL: SURGIMENTO E APLICABILIDADE DE UMA NOVA CATEGORIA DE PODER.....	12
2.2 DIPLOMACIA PÚBLICA E DIPLOMACIA CULTURAL	17
2.3 RUAN SHILÍ E WENHUA RUAN SHILÍ: O SOFT POWER E O SOFT POWER CULTURAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS.....	21
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	25
3.1 A CHINA APÓS AS REFORMAS: O CONSENSO DE PEQUIM E SEUS RESULTADOS	27
3.2 ESTRATÉGIA GOING GLOBAL	29
3.3 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A INCORPORAÇÃO DO SOFT POWER.....	32
3.3.1 Os Quatro Grandes da China.....	33
3.3.2 O cinema e o <i>soft power</i>	37
3.3.3 Eventos esportivos.....	38
4 INSTITUTOS CONFÚCIO	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E CONTROVÉRSIAS	40
4.2 INSTITUTOS CONFÚCIO NO BRASIL	43
4.3 DEBATE FINAL.....	47
5 CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

A demonstração de poder é uma ferramenta de grande relevância para as Relações Internacionais, e, assim como demais temáticas, sofre com variações de acordo com a diversificação de correntes teóricas existentes. A constituição do que é poder, no entanto, conta com algumas variáveis fixas em sua constituição, que acabam recebendo diferentes graus de importância para teóricos, Estados e atores internacionais.

A visão clássica de poder é restrita a habilidade e força possuídas por um Estado para fazer a guerra, ganhando respaldo na lógica realista, para a qual, as relações entre países são conflituosas e o estado de guerra é inevitável, uma vez que os Estados sempre visam a maximização de seu poder. À vista disso, o ponto de destaque é o que Joseph Nye (2002), cunha como *hard power*, ou seja, o poder por meio de esferas tangíveis e diretas, como a capacidade militar de um país, ou ao poder econômico conferido ao ator em questão, o *hard power* projeta-se, portanto, como um poder coercitivo.

Em contraponto ao poder tangível e coercitivo, surge uma nova esfera de poder, composta por formas não tangíveis de poder: o *soft power*, responsável por englobar questões culturais, ideológicas e sociais, não tendo sua execução através da coerção, mas sim, da cooptação, persuasão e atração. Segundo Mariano Martín Zamorano (2017), essas questões não tangíveis se manifestam através da diplomacia pública, que, por sua vez, engloba variadas expressões, como propagandas televisionadas, programas em rádios ou eventos internacionais.

Com o final da década de 1970, tornou-se possível observar a tomada de força da ascensão chinesa no Sistema Internacional, alavancando um Estado, que ocupava uma posição periférica, em uma grande potência. Essa modificação de comportamento deu-se por meio de reformas empregadas durante o governo de Deng Xiaoping, quando houve a aplicação de planos de reforma no âmbito da agricultura, ciência e tecnologia, indústria, abertura para capital estrangeiro e a criação de Zonas Econômicas Especiais.

A ascensão chinesa, no entanto, destoa parcialmente do padrão verificado em comparação a outros Estados que já assumiram o papel de grandes potências, já que não segue o paradigma Ocidental. Essa ideia é sustentada por Zhao (2010), que aponta o comportamento dual chinês, ora copiando elementos de sucesso constatados em políticas econômicas, como a abertura para investimentos externos, ora permitindo um rígido controle por parte do Partido Comunista da China (PCC).

O governo chinês, a partir da década de 2000, passa a dar uma maior atenção para o *soft power*, compreendido como formas de poder que ultrapassam o escopo militar e de segurança, incluindo não apenas a cultura popular e a diplomacia pública, mas também as alavancas mais cooptativas em níveis econômicos e diplomáticos (KURLANTZICK, 2007). Desse modo, o *soft power* chinês é verificado em três níveis: o de valores políticos, o de política externa e o cultural.

O primeiro nível toma forma por intermédio do Consenso de Pequim, a área de política externa toma forma com o aumento da participação chinesa em organizações multilaterais como forma de sinalizar seu papel cooperativo no sistema internacional, e, a última forma pode ser compreendida por meio da promoção de sua língua e cultura, auxiliando na construção de uma força nacional. Nesse contexto, surge o Instituto Confúcio, uma nova forma de desenvolver a diplomacia cultural por meio de patrocínios governamentais e pilotado por universidades em um esforço conjunto para fornecer à China uma recepção global mais positiva (PAN, 2013).

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é apresentar de que forma o *soft power* configura-se como uma ferramenta importante dentro da política externa chinesa, tendo em vista a sua crescente utilização no cenário internacional, além de analisar como e por que a China faz uso do *soft power* em sua política externa, compreender as plurais categorias de poder no âmbito das Relações Internacionais, analisar os instrumentos de *soft power* implementados pela China no período contemporâneo, avaliar como a diplomacia pública é empregada como ferramenta de *soft power* pela China e como os Institutos Confúcio servem à essa lógica.

O contexto de crescimento econômico vem acompanhado de um maior destaque para a China dentro do âmbito político, já que o país passa a se envolver em mais acordos multilaterais. Como ressaltado por Bates Gill e Yanzhong Huang (2006), a análise e o debate da ascensão chinesa concentram-se quase inteiramente em aspectos militares ou econômicos - que compõem o *hard power*, enquanto que as

fontes de *soft power*, apesar de ganharem um maior reconhecimento como um componente essencial para o status de grande potência, não recebem a devida atenção de estudiosos.

Justifica-se portanto, a escolha do estudo do soft power em forma de diplomacia pública com ênfase na diplomacia educacional pela escassez de trabalhos que analisem esses três componentes interseccionados e aplicados ao caso chinês, o que aponta a lacuna na produção de conhecimento sobre uma temática que vem ganhando cada vez mais força.

2. MATRIZ TEÓRICA

Recentes mudanças na ordem internacional, impulsionadas principalmente pelo 11 de setembro de 2001, fizeram com que o estudo de diplomacia pública e de temáticas afins ressurgissem no âmbito acadêmico. Além do crescente interesse pela diplomacia pública, os estudos de *soft power* estavam em voga desde a década de 1990, quando o teórico das Relações Internacionais Joseph Nye apresentou o mesmo para a academia. Assim, a política externa dos países passou a dar uma atenção maior para a relevância de fatores não tangíveis a fim de atingirem seus objetivos nacionais, mas, dessa vez de forma consciente.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira trata sobre o surgimento e a aplicabilidade do *soft power* conforme a visão de Nye, bem como a sua definição tradicional; a segunda discorre sobre os conceitos de diplomacia e diplomacia pública, explicando a relação de ambos com o *soft power*. Por fim, a terceira seção aborda o conceito de *ruan shilí* e *wenhua ruan shilí*, ou o *soft power* e *soft power* cultural com características chinesas, suas definições e a diferença existente entre o *soft power* de Nye e o *soft power* empregado pela China.

2.1. SOFT POWER TRADICIONAL: SURGIMENTO E APLICABILIDADE DE UMA NOVA CATEGORIA DE PODER

Em 1990, Joseph Nye lançou um texto que introduzia um conceito até então desconhecido: o *soft power*. O autor traça um panorama de extrema importância à compreensão de um novo conceito, ainda inexplorado pelas Relações Internacionais, fazendo paralelos entre acontecimentos históricos e as formas de poderes empregadas em cada uma das situações descritas. O ponto de partida para a apresentação da linha de pensamento de Nye é um marco muito significativo à época: o fim da Guerra Fria, que trazia consigo tensões pelas mudanças nas dinâmicas de poder até então conhecidas, uma vez que a União Soviética estava em uma espiral de declínio e os Estados Unidos tinham um poder muito menor do que possuído no final da Segunda Guerra Mundial (NYE, 1990, p. 153). Diferentemente do ocorrido em 1945, os Estados Unidos não estavam fortalecidos pela guerra e a sua participação no produto global havia sido reduzida de $\frac{1}{3}$ para $\frac{1}{5}$ na década de 1980 (NYE, 1990, p.153).

Poder é, para Nye, o ponto central de qualquer análise conjuntural, entretanto, com as mudanças no paradigma político da época algo similar acontecia com a definição, execução e aplicabilidade de poder. De acordo com o autor, em sua definição mais básica o poder é a habilidade de realizar ações e controlar os outros, fazendo com que estes façam aquilo que desejamos, mas que não seriam realizadas sem o emprego do poder (NYE, 1990, p. 154). A habilidade de controlar os outros, por sua vez, está intrinsecamente conectada com a possessão de recursos, e dentro da visão de diplomatas e políticos o poder é possuir recursos específicos, que também podem ser chamados de recursos tradicionais de poder, sendo eles: população, território, recursos naturais, economia, aparato e força militar e estabilidade política (NYE, 1990, p. 154).

Previvamente a maneira mais eficaz de se testar o poder de algum Estado, principalmente de uma grande potência, era através de guerras. Hodiernamente, em contraponto, dar ênfase à força militar dos países já não é mais a melhor forma de medir poder devido à existência de outros fatores mais significantes como a tecnologia, crescimento econômico e educação, fazendo com que a população, a geografia e as matérias-primas de um Estado já não sejam suficientes para a medição de poder (NYE, p. 154). O autor argumenta que para avaliar a categoria de poder em um contexto pós-Guerra Fria é necessário fazer o reconhecimento de novos elementos do mundo moderno, responsáveis por difundir o poder para além das grandes potências, dessa forma para uma estratégia obter sucesso ela deve incorporar novos componentes de poder. Há, para Nye, cinco tendências que contribuem para a difusão do poder além das grandes potências: i) a interdependência econômica; ii) o nacionalismo em Estados fracos; iii) o avanço da tecnologia; iv) os atores transnacionais; e v) as mudanças em questões políticas (NYE, 1990, p. 160). A existência desses cinco elementos é suficiente para justificar, na visão de Nye, o porquê o uso de recursos tradicionais de poder ser insuficiente na década de 1990.

Assim, faz-se a análise das mudanças ocorridas entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da Guerra Fria para melhor compreender a importância de cada um desses elementos para a nova definição de poder. O avanço da tecnologia fez com que o mercado global se revolucionasse, acelerando seu ritmo por intermédio de telecomunicações instantâneas, criando corporações transnacionais que levaram sua atividade econômica para o além-fronteira (NYE, 1990, p. 160). Isso gerou um

aumento exponencial no comércio global, mudanças nos mercados financeiros e o crescimento do fluxo monetário internacional aumentou em 25 vezes, a título de comparação, em 1975 o comércio internacional movimentou entre 10 e 15 bilhões de dólares diariamente, enquanto em 1986 o valor diário era de 200 bilhões de dólares (NYE, 1990, p. 161). O surgimento de atores transnacionais, por sua vez, criam interesses e modificam as coalizões políticas mundiais, uma vez que afetam os interesse nacionais dos Estados, Nye argumenta que essa difusão de poder para atores transnacionais, gerando alterações nos interesses nacionais continua acontecendo, por mais que a maior parte dos países não reconheçam essa forma de poder (NYE, 1990, p. 162).

No que tange questões militares, os países do sul global passaram por um processo de desenvolvimento, principalmente quanto a exportação de armamento, também houve um aumento no número de países que adquiriram armamentos sofisticados. Nye demonstra uma preocupação quanto ao desenvolvimento da capacidade militar, principalmente para países como Paquistão, África do Sul, Argentina e Brasil, já que a capacidade nuclear para estas localidades, que já se projetavam como potências médias, aumentaria o poder regional que, por consequência, elevaria os custos de uma possível intervenção por parte de grandes potências (NYE, 1990, p. 163). Isso demonstra, para o autor, a inabilidade dos recursos tradicionais de poder diante de um cenário de profundas mudanças políticas.

Dessa forma:

Por mais que, às vezes, a força tenha um papel dentro dos instrumentos tradicionais de poder, eles raramente são suficientes para lidar com os novos dilemas políticos do mundo. Novos recursos de poderes, como a capacidade de comunicação efetiva, o desenvolvimento e o uso de instituições multilaterais podem se provar mais relevantes [...] Apesar dos recursos tradicionais de poder como assistência econômica e força militar possam auxiliar a lidar com a proliferação do terrorismo ou de drogas, a habilidade de qualquer grande potência de controlar seu ambiente e alcançar os seus objetivos é, de maneira frequente, não tão eficaz como os indicadores de *hard power* sugerem. A mudança na natureza da política internacional também fez com que as formas intangíveis de poder mais importantes. Coesão nacional, cultura universal e instituições internacionais estão ganhando importância. O poder está passando da “riqueza de capital” para a “riqueza de informações.” (NYE, 1990, p. 164)¹

¹ Tradução nossa. No original “Although force may sometimes play a role, traditional instruments of power are rarely sufficient to deal with the new dilemmas of world politics. New power resources, such as the capacity for effective communication and for developing and using multilateral institutions may prove more relevant [...] Although the traditional power resources of economic assistance and military force can assist in coping with terrorism, proliferation, or drugs, the ability of any great power to

Desse modo, Nye fornece ao leitor duas perspectivas i) com as mudanças, principalmente políticas, de um mundo pós-Guerra Fria as categorias tradicionais de poder já não são mais suficientes para uma categoria de análise eficaz; e ii) as formas de poder começam a ser exercidas atrativamente. O autor argumenta que o poder de forma geral está tomando uma forma menos transferível, menos coercitiva e menos tangível. Enquanto o poder cooptativo, ou o *soft power* cooptativo, age de forma a transformar a cultura, as instituições e a ideologia de um Estado da maneira mais atrativa possível, fazendo com que terceiros queiram realizar suas vontades ou segui-los (NYE, 1990, p. 167).

Assim, o *soft power* pode ser definido como a habilidade de conseguir o que se quer não por meio do pagamento ou coerção (*sticks and carrots*), mas sim por meio da atração. Em 2006, Nye aponta que o *soft power* de um país tem suas origens em três recursos: através de suas políticas externas, sua cultura ou seus valores políticos. Para Nye (2010), os recursos responsáveis pela produção do *soft power* se originam dos valores expressados por um país em sua cultura, em exemplos de políticas domésticas e outras práticas e nas suas relações com demais atores internacionais. Ainda nesse ano, o autor joga luz a outro conceito, dessa vez já bem conhecido e difundido nas Relações Internacionais: a diplomacia cultural, um instrumento de diplomacia pública, utilizado por governos e atores em geral para mobilizar recursos de *soft power*, gerando pontes de comunicação com o público de outros países e não apenas com seus governos.

Existem, entretanto, críticos ao conceito de *soft power*, que argumentam contra a originalidade do conceito, apontando a existência de um pensamento muito similar dentro de outras abordagens das Relações Internacionais (YUKARUC, 2017). Dentro do realismo clássico há o conceito de poder desenvolvido por E.H Carr, no qual o poder é visto como um fim dentro da política internacional e é dividido em três categorias distintas: poder econômico, poder militar e poder sobre opinião (CARR, 1946, p. 108). Segundo o autor os Estados usam essas expressões de poder para controlar o comportamento do outro e assegurar a segurança de sua população por

control its environment and achieve what it wants is often not as great as traditional hard power indicators would suggest. The changing nature of international politics has also made intangible forms of power more important. National cohesion, universalistic culture, and international institutions are taking on additional significance. Power is passing from the “capital-rich” to the information-rich”.

meio do controle das ações alheias, dando importância, também, para conceitos não-materiais como a opinião pública e a psicologia humana, apesar de a teoria realista ter em seu cerne recursos materiais. Carr ainda alega que a arte da persuasão sempre foi uma característica necessária para a construção de aparatos políticos, uma vez que líderes necessitam de aprovação para o bom andamento de seu governo; apontava também a eficiência da propaganda como uma arma moderna “substancialmente correta” (CARR, 1946, p.132 – 133).

Em 1974 o sociólogo Steven Lukes apresenta uma ideia similar à de *soft power* em sua obra *Power: A Radical View*. Para o autor:

A pode exercer poder sobre B levando-o a fazer o que não quer, mas também exerce poder sobre ele influenciando, moldando ou determinando seus próprios desejos”, essa ferramenta pode ser utilizada para prevenir qualquer conflito potencial entre as partes ao moldar as preferências de B fazendo com que B pense que as suas preferências partem de um pensamento autônomo, quando, na verdade, são as preferências impressas por A. (LUKES. 1974, p. 23).

Dessa forma, Lukes atesta que o controle de pensamento é um importante método, que pode ser realizado por meio do controle de informações, controle da mídia de massas e através do processo de socialização. No entanto, esses processos só ganham força porque a população aceita o seu papel nessa estrutura, o que ocorre por três motivos: a população não vê alternativa dentro desse cenário, veem esse cenário como um processo natural ou o cenário é tanto assustador quanto benéfico, não havendo a vontade de alterá-lo (LUKES, 1974, p. 24). O autor atesta, assim, que essa é o modo mais supremo e capcioso do exercício de poder. Assim, existem similaridades entre o conceito de *soft power* e a estrutura proposta pelo sociólogo, uma vez que o *soft power* é baseado na atração e visa afetar e mudar as percepções dos outros, sendo compatível com os argumentos de Lukes.

Ao retornar para tempos remotos é possível achar similaridades entre o conceito proposto por Nye e a abordagem gramsciana. Na visão de Gramsci sobre hegemonia a sociedade civil e a sociedade política são partes igualmente importantes, pois o exercício de hegemonia depende da combinação entre força e consentimento, onde um balanceia o outro sem que a força seja predominante em detrimento do consentimento (GRAMSCI, 1971, p.80). Destarte, as elites ou classes dominantes precisam utilizar-se da sociedade civil ou da esfera privada para justificar e manter sua dominância, para tanto, necessitam do consentimento das classes subordinadas, fazendo, na visão de Gramsci, com que as esferas civis e política se entrelacem. A

hegemonia alcança, portanto, as classes subordinadas através de estruturas da sociedade, cultura, gênero, etnicidade, classe e ideologia (BIELER, MORTON, 2004, p. 87) e as esferas privadas da sociedade, como escolas, mídia e igreja tomam parte como locais onde a hegemonia é exercida.

Gramsci acreditava que a hegemonia ganhava corpo através da liderança moral e intelectual, cujo principais elementos constituintes eram o consentimento e a persuasão, e não a coerção. Gramsci também afirmava que, posto a importância de uma liderança hegemônica, os intelectuais tinham um papel específico que era auxiliar as classes subordinadas a formar uma estrutura muito particular de conhecimentos e valores, transformando-os em universalmente aplicáveis (FONTANA, 1993, p. 140 – 141). Cibia aos intelectuais o papel de intermediadores entre a classe dominante e as classes subordinadas, funcionando não apenas como criadores de um determinado modo de vida e de uma concepção particular de mundo, mas também como tradutores dos interesses e valores de um grupo social em valores e interesses gerais.

Outro problema frequentemente apontado pelos críticos de Nye é a inabilidade de medir o *soft power*, impossibilitando provar que um Estado muda de comportamento devido à execução do *soft power* por um terceiro (YUKARUC, 2017). Neorealistas e neoliberais tendem a argumentar que o sistema internacional e capacidades materiais são as causas da mudança de comportamento de Estados, não atribuindo mudanças a aplicação do *soft power*.

2.2 DIPLOMACIA PÚBLICA E DIPLOMACIA CULTURAL

O termo “diplomacia” possui uma vaga definição, dessa forma a sua utilização pode representar várias nuances que estão diretamente relacionadas com aqueles que fazem seu uso. O emprego do vocábulo diplomacia pode ser feito para versar sobre a política externa de algum Estado e a maneira com a qual suas relações exteriores se desenvolveram ao longo da história. Também pode expressar a prática da diplomacia, sendo a diplomacia nesse caso, o meio e técnicas aplicadas para a representação de interesses além fronteira. Isto posto, a diplomacia em seu cerne conceitual traz a ideia de comunicar, manter contato, negociar e interagir com demais atores, sejam eles estatais ou não (LEGUEY-FEILLEUX, 2009, p. 2 – 3).

Eytan Gilboa (2015), no que lhe concerne, define a diplomacia em seu formato mais antigo como a gestão da política externa, apesar de haver o compromisso oficial com governos estrangeiros. A diplomacia tradicional de acordo com o autor, configura-se como um sistema de comunicação através do qual representantes oficiais de Estados e organizações internacionais expressam e defendem seus interesses, declaram suas queixas e emitem ameaças e ultimatos, sendo um canal para esclarecer posições, investigar informações e convencer os líderes a apoiarem políticas.

Gilboa (2001) também caracteriza a diplomacia tradicional como altamente formal, interpessoal, sigilosa, lenta e institucionalizada. Todavia, houve no curso da história iniciativas para a mudança na forma de se conduzir a diplomacia, sendo um notório exemplo disso encontrado no discurso proferido por Woodrow Wilson em seus Catorze Pontos, no qual o então presidente anuncia a defesa da inexistência do entendimento internacional privado de qualquer tipo, sendo sempre a diplomacia uma prática franca e à vista do público (WILSON, 1918 *apud* GILBOA, 2001).

A partir do discurso presidencial de Wilson é inaugurada a abordagem da diplomacia que recebe o nome de diplomacia pública. A mesma é batizada dessa forma devido ao fato de estar agora exposta à opinião pública, mídia e condução direta e não mediada de negociações por políticos e altos funcionários, incluindo chefes de Estado e ministros (GILBOA, 2001). Apesar da publicação dos Catorze Pontos de Wilson tenha ocorrido em 1918, é apenas em 1965 que a diplomacia pública recebe uma primeira definição adequada, formulada por Edward Guillon, sendo

A diplomacia pública lida com a influência de atitudes públicas na criação e execução de políticas externas. Ela abrange dimensões das relações internacionais além da diplomacia tradicional; como o cultivo governamental da opinião pública em outros países; a interação de grupos e interesses privados de um país com outro; a comunicação de assuntos externos e seu impacto na política; a comunicação entre aqueles que têm como trabalho comunicar, como diplomatas e correspondentes estrangeiros; e processos de comunicação culturais. (GUILLON, 1965, *apud* CULL, 2009).²

² Tradução nossa. No original “Public diplomacy deals with the influence of public attitudes on the formation and execution of foreign policies. It encompasses dimensions of international relations beyond traditional diplomacy; the cultivation by governments of public opinion in other countries; the interaction of private groups and interests in one country with those of another; the reporting of foreign affairs and its impact on policy; communication between those whose job is communication, as between diplomats and foreign correspondents; and the processes of inter-cultural communications.”

Dentre as definições preexistentes sobre a diplomacia pública é possível apontar a elaborada por Mark Leonard (2002) como a mais completa, uma vez que o autor dissecava a diplomacia pública em três esferas: transmissão de informação, distribuição de uma imagem positiva do país e construção de relações duradouras de modo a criar um ambiente favorável para a consecução de políticas exteriores. Torna-se importante destacar também que a diplomacia pública deve ser considerada uma parte fundamental da elaboração e execução de política externa (LIMA JÚNIOR, 2017).

Mariano Martín Zamorano (2016) por sua vez, aponta que a diplomacia pública atual consiste em atividades massivas de comunicação, como propagandas na televisão, eventos internacionais e programas de rádio que são criados e projetados objetivando gerar interesse externo positivo em relação a um território político e a grupos sociais. Por este meio, o governo consegue incentivar ações externas como promoção do turismo ou investimento na sua economia, acarretando benefícios internos.

Outra conceituação similar a desenvolvida por Mark Leonard (2002), é a proposta por Geoffrey Cowan e Amelia Arsenault (2008), responsáveis por dissecar a diplomacia pública em três camadas: a) monólogo, essa camada preocupa-se a respeito das atividades de diplomacia pública com um fluxo unidirecional de informações, tais como propaganda e transmissões midiáticas internacionais; b) diálogo, refere-se a fluxos comunicativos de mão dupla, tais como intercâmbios culturais e educacionais; c) colaboração, abarca projetos conjuntos transnacionais, no entanto, difere-se do conceito de Leonard por não haver a necessidade de ter os projetos colaborativos organizados pelo governo de um país, pois muitas vezes eles ocorrem a despeito de programas governamentais (LIMA JÚNIOR, 2017).

De acordo com Antônio Ferreira de Lima Júnior ainda

A diplomacia pública tem se tornado uma parte essencial da prática diplomática, sobretudo porque a diplomacia tradicional deve ser capaz de ir além das relações oficiais entre governos, já que hoje existem uma abundância de repórteres “não oficiais”, atores não estatais e canais internacionais de comunicação que têm sido capazes de influenciar e moldar as decisões governamentais. (LIMA JÚNIOR, 2017, p. 08).

Marco António Baptista Martins (2011) no que lhe concerne, salienta que a diplomacia pública tem como objetivo principal influenciar - direta ou indiretamente - o centro de tomada de decisões de um Estado enquanto ator das relações

internacionais, influenciando seus cidadãos e utilizando de instrumentos essenciais como educação, cultura e informação, criando uma relação *government to people*.

Uma das ramificações mais notórias da diplomacia pública ganha forma com o que passamos a chamar de diplomacia cultural, podendo ser classificada como um instrumento da diplomacia pública. Said Saddik (2009) aponta que ao longo da história as pessoas utilizaram da cultura para representarem a si mesmas, afirmindo seu poder e entendendo aos demais, estando a cultura sempre presente na agenda governamental da política exterior, sendo reconhecida como o terceiro pilar para a sustentação das relações estatais no período após a 2.^a Guerra Mundial juntamente a política e economia. O autor ressalta que atualmente o uso da cultura na diplomacia estatal mudou consideravelmente, sendo seu impacto na condução da diplomacia e da política externa inquestionável, reconhecendo, assim, a cultura como uma ferramenta diplomática e uma ponte indispensável para promover o entendimento mútuo entre nações, fazendo com que os governos deem a ela uma prioridade muito elevada no âmbito sua política externa e relações diplomáticas.

O conceito de diplomacia cultural vem sendo debatido entre estudiosos da área, na tentativa de sintetizar e exemplificar sua funcionalidade e aplicação. Alguns autores pendem a uma explicação baseada no âmbito cultural do conceito, enxergando a diplomacia cultural como a apresentação de um bem cultural direcionado ao público. Mônica Leite Lessa (2002), alega que a diplomacia cultural tem a função de divulgar e promover a cultura, instituições científicas ou culturais, programas culturais, ideias ou autores de um determinado país, sendo um recurso de construção de imagem nacional. De acordo com essa lógica, Cull (2012) define a diplomacia cultural como aquela que promove a exportação da cultura de um país a ofício de sua política externa.

Existem demais concepções sobre o significado da diplomacia pública como a apresentada por Cumming (2003), sendo o intercâmbio de valores, informações, ideias, tradições e demais aspectos culturais na tentativa de gerar entendimento mútuo. O embaixador Edgard Telles Ribeiro (2011), enfatiza o fato do aspecto cultural poder desempenhar papel de destaque para perpassar barreiras convencionais que diferenciam povos, sendo a sua função gerar mecanismos de compreensão mútua, gerar maiores ligações e suprimir desconfianças.

Para o autor isso ocorre das seguintes formas: i) integração e mutualidade na programação; ii) apoio a projetos de cooperação intelectual; iii) apoio a projetos de cooperação técnica; iv) intercâmbio de pessoas; v) ensino de língua como veículo de valores; vi) distribuição integrada de material de divulgação; vii) promoção da arte e artistas. Edgard Telles Ribeiro (2011) também discorre sobre a diplomacia cultural como a utilização inerente da relação cultural para atingir objetivos de naturezas distintas como política, econômica e comercial, o que reforça o pensamento da cultura como um pilar da política externa.

2.3 RUAN SHILÍ E WENHUA RUAN SHILÍ: O SOFT POWER E O SOFT POWER CULTURAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Apesar de a definição de Nye para *soft power* ser a mais disseminada no campo das Relações Internacionais ela, assim como qualquer outra definição e teoria, também sofre com suas limitações. É em um cenário assim que a China incorpora suas particularidades ao *soft power* e vice-e-versa dando origem ao *ruan shilí*, ou *soft power* com características chinesas. Para Kurlantzick (2017) a China agrega ao seu *soft power* tudo que foge do âmbito militar e econômico. Tremblay (2007) sustenta que o uso chinês do seu *soft power* busca aumentar a consciência das intenções de seus líderes e convencer a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros, corroborando assim, com seus ideais políticos, principalmente com o de coexistência pacífica, pilar essencial de sua política externa e de seu *soft power*.

Nye (2004) por sua vez, aponta que quando a cultura de um Estado comprehende valores universais, a probabilidade de obter os resultados desejados por meio da atração aumenta. No entanto, os valores chineses se diferem dos valores dos demais, principalmente de países ocidentais, por serem pautados no Confucionismo e que incluem: i) irmandade; ii) reciprocidade; iii) harmonia e iv) igualdade. Esses valores são incorporados no *soft power* chinês, que acaba sendo um produto derivado da visão de Nye com o acréscimo de características chinesas.

O debate a respeito do *soft power* chega na China em 1993 com o artigo de Wang Huning intitulado “*Culture as a National Strength: Soft Power*”, a partir desse momento, os acadêmicos chineses começaram a dedicar-se aos estudos do poder brando, apesar disso, os estudos realizados pecavam quanto a organização, ganhando menos

atenção do que o desejado. Assim, apenas a partir do 17.^º Congresso Nacional organizado pelo Partido Comunista da China que o *soft power* passa a ganhar um espaço significativo dentro da política do Estado, como se nota no discurso proferido por Hu Jintao na ocasião

Na presente era, a cultura tornou-se uma fonte cada vez mais importante de coesão e criatividade nacional e um fator de crescente importância na competição de força nacional [...] nós devemos estimular a criatividade cultural de toda a nação, e destacar a cultura como parte do *soft power* de nosso país.

JINTAO, Hu, 2007.

Nessa época, o Comitê Central da China realçou a necessidade de acentuar o papel e o status da cultura na força nacional, fazendo-se necessária a manutenção da segurança cultural do Estado. Desse modo, a influência cultural da China no sistema internacional passou a ser assunto de extrema urgência nacional (ZHANG, ano, p. 23 – 24).

Durante a gestão de Xi Jinping a importância do *soft power* continuou sendo enfatizada, em 2013 durante eventos oficiais, o presidente discursou sobre a importância do crescimento do *soft power* cultural chinês para a realização do *Chinese Dream*, do rejuvenescimento e modernização da nação. Em seu discurso, Xi discorreu sobre a necessidade da popularização da cultura socialista além da promoção de reformas institucionais culturais e da criatividade cultural de toda a nação, buscando com isso a prosperidade da cultura chinesa bem como o desenvolvimento de indústrias culturais no país.

A base do *soft power* estatal precisava ser solidificada para depois crescer, assim, a cultura deveria ser desenvolvida com características chinesas, objetivando a popularização de valores chineses, virtudes, noções de moralidade e de ideologias comuns à população, atingindo um nível no qual todos os indivíduos seriam capacitados para disseminar as virtudes e a cultura chinesa. No entanto, as virtudes e a cultura chinesa a serem disseminadas devem ir de acordo com os valores contemporâneos do país, enfatizando o *Chinese Dream*, os encantos culturais existentes, polindo a imagem da China e reassegurando sua voz dentro dos assuntos internacionais (ZHANG, 2017, p. 24). É a partir desse momento que as pesquisas relacionadas ao *soft power* têm seu *boom* dentro da comunidade acadêmica chinesa.

Isto posto, a China passa a considerar o *soft power* como uma parte constituinte da força nacional, que adota um papel não apenas na comunicação internacional, mas

também na construção civilizacional e ideológica (ZHANG, 2017, p. 41). Nessa perspectiva, a cultura assume um papel vital no *soft power*, sendo sua alma e estabelecendo seu arcabouço. É sua alma porque os valores da cultura decidem a direção, o objetivo e a linha de desenvolvimento do *soft power*; o fato de definir sua estrutura significa que o elemento cultural permeia os vários aspectos da construção do *soft power*. Com a ausência da cultura, o *soft power* assume uma identidade míope, parca e fechada. Tal sistema sem cultura é inevitavelmente rígido e tal rigidez acabará por provocar o seu colapso. Portanto, o *status privilegiado* da cultura na construção do *soft power* acaba conferindo características chinesas ao mesmo. O *soft power* cultural e suas pesquisas são enfatizados por estarem intimamente relacionados ao trabalho de educação ideológica que a China vem realizando. Além disso, a China acaba se empenhando por ter como meta a preservação da estabilidade, unidade e harmonia no âmbito doméstico e paz, cooperação e soluções *win-win* no que diz respeito a esfera internacional.

É possível identificar um grande propósito por trás da ênfase dada para a cultura e para o *soft power* por parte do governo chinês, e, diferentemente do conceito apresentado por Nye, não é a defesa de interesses hegemônicos, mas sim o aumento de sua força nacional. Em termos domésticos, a China almeja dar continuidade a sua cultura, imbuindo na sociedade valores socialistas, aumentando a coesão entre o Partido, forças militares e população.

Desse modo, a força nacional chinesa desenvolve uma relação de dependência com o *soft power*, para melhor compreender tal relação, torna-se necessário destrinchar os componentes da força nacional, que são: produtividade econômica, mobilização política, poder militar combatente, habilidade de inovação tecnológica, coesão nacional e atratividade cultural. Eles podem ser divididos entre componentes de *hard power* e *soft power*, comportando-se da seguinte maneira:

Tabela 01

ELEMENTOS DE <i>HARD POWER</i>	ELEMENTOS DE <i>SOFT POWER CULTURAL</i>
Produtividade econômica	Atratividade cultural
Mobilização política	Habilidade de inovação tecnológica
Poder militar combatente	Coesão nacional

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Já para o âmbito internacional, o maior objetivo chinês ao utilizar-se do *soft power* é a construção de uma imagem global positiva, criando um ambiente amigável e auxiliando na criação de um mundo pacífico, harmonioso e cooperativo (ZHANG, 2017, p. 43).

Assim, diferentemente do que se é percebido no *soft power* de Nye, a cultura desempenha para o *soft power* chinês um papel único e insubstituível. A definição de ambos tem diferenças em dois pontos importantes: i) na visão de Nye, o *soft power* tem sua descrição interligada aos seus valores instrumentais de fazer com que os outros façam o que você quer, ao passo que sob a lente chinesa há um maior destaque para a comunicação a fim de alcançar um entendimento sobre a construção de uma identidade e cultura nacional que sejam fortes; e ii) para Nye o uso do *soft power* é direcionado para a mudança de comportamento da população além dos Estados Unidos, enquanto o conceito chinês foca tanto no âmbito nacional quanto internacional, buscando, também, a alteração de práticas domésticas que levem à construção de um *soft power* forte (CAO, 2011). O *soft power* chinês é concebido como uma parte indivisível da cultura nacional, e sua projeção nada mais é do que uma extensão natural do rejuvenescimento chinês, por consequência, valores tradicionais, fortalecimento de infraestruturas de comunicação e identidade nacional se põem como características centrais e definidoras do discurso oficial do *soft power* da China (CAO, 2011).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em 1949, a China sob o comando de Mao Zedong assumia uma nova identidade: a República Popular da China, o que para Mao, sinalizava o nascimento da Nova China (VISENTINI, 2011). A partir do êxito no estabelecimento de uma república chinesa, o país buscava extrair o maior número de benefícios possíveis, lançando, para isso, iniciativas no âmbito doméstico visando o desenvolvimento e no âmbito internacional visando a reafirmação de sua soberania, galgando uma maior relevância no sistema internacional através do status de membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), o que levaria a uma conjuntura normalizada das relações entre a China e o restante da comunidade internacional (VISENTINI, 2011).

Na mesma época, o continente asiático passava por mudanças próprias, resultantes das duas Grandes Guerras bem como da Revolução Chinesa, Revolução Soviética, guerra das Coreias e guerra do Vietnã, o que levou a criação de uma nova realidade geopolítica. Como resultado, parte da região da Ásia-Pacífico — mais especificamente a Área insular e peninsular do Pacífico — passou a estar sob forte influência das dinâmicas capitalistas promovidas pelos Estados Unidos, ao mesmo passo que a porção continental asiática era um espaço socialista, o sul asiático nessa dinâmica adotava uma posição neutra. Sendo assim, a Guerra Fria trazia consigo a fragmentação e divisão da Ásia, fazendo com que as regiões se isolassem uma das outras, tal dinâmica perdurou até a ruptura da União Soviética com a China (VISENTINI, 2011).

Uma vez rotas as relações sino-soviéticas, houve, no início da década de 1970, a reaproximação dos Estados Unidos e da China em prol de uma aliança voltada contra a União Soviética. O reestabelecimento das relações bilaterais foi o pontapé necessário para que a China passasse a ocupar um assento permanente no CSNU, normalizando de vez as relações com os demais Estados, e, principalmente, era o marco do fim de um isolamento diplomático e da marginalização chinesa (VISENTINI, 2011).

A década de 1970 também foi o marco de mudanças domésticas muito importantes para a história da China moderna. Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder houve a introdução de uma sequência de reformas econômicas voltadas para

a modernização do país em quatro âmbitos: agricultura, indústria, tecnologia e forças militares, essa investida chinesa ficou conhecida como as Quatro Modernizações e foi responsável pela abertura da China para o exterior e levou a adoção de novos padrões de desenvolvimento (VISENTINI, 2011).

De acordo com Leão (2010) as reformas econômicas de 1978 compreendem desde mudanças nas relações sociais e do regime de produção no período comunista até o estabelecimento de uma nova ordem geopolítica nas décadas de 1980 e 1990. Segundo o autor, o projeto buscava superar a grande restrição sofrida no âmbito externo e a grande miséria da sua população através da aceleração da acumulação de capital em variados setores econômicos, construindo, assim, um projeto de desenvolvimento fortemente coordenado pelo Estado. Tal projeto buscava a incorporação de mecanismos de funcionamento de economias capitalistas a fim de possibilitar a rápida expansão produtiva e de renda. No entanto, isso não se igualava à transformação da China em uma economia de mercado, mas em um país que, apesar de contar com uma grande intervenção estatal, ainda se mostrava capaz de realizar uma inserção externa soberana, sustentando na esfera do Estado os principais instrumentos necessários para o crescimento da economia doméstica (LEÃO, 2010).

Assim, torna-se possível indicar que as Quatro Modernizações não rompiam completamente com a China existente até então, sendo apenas a consolidação da reestruturação econômica e social iniciada com a Revolução Chinesa em 1949. Desse modo, as modernizações conduzidas por Deng Xiaoping deram continuidade ao desenvolvimento chinês promovido por Mao Tse-Tung, uma vez que não houve o colapso do socialismo na China, e sim o fortalecimento de algumas de suas diretrizes, como o nacionalismo (MEDEIROS, 2008).

As reformas conduzidas por Deng Xiaoping não foram somente equivalentes a ajustes estruturais da economia doméstica, mas também uma redefinição do poder político e da identidade nacional (QUINZANI, 2019). A ascensão do Partido Comunista Chinês manteve uma unidade política no país, não deixando de promover o seu crescimento mesmo quando defronte a pressões ou a instabilidade política, abrindo caminhos para um crescimento de ritmo acelerado (LYRIO, 2010). Em 1992 a China alcançou índices expressivos ao nível mundial, originados do crescimento econômico, das exportações e da captação de investimentos estrangeiros (SILVA, 2016). E entre

o período de 1978 a 2008 elas possibilitaram um crescimento anual de 9,5% ao ano, superando três vezes o crescimento dos Estados Unidos na mesma época.

Assim sendo, o programa das Quatro Modernizações não aspirava a abertura plena da economia, tampouco o desmantelamento do sistema socialista. O discurso reforçado pelo líder chinês era o de que a atração de elementos capitalistas, desde que controlados pelo Estado, era o pontapé necessário para a modernização da economia do país. A absorção de tecnologia estrangeira e a permissão para a regulação do mercado foram de suma importância no rápido crescimento da economia chinesa, reduzindo a pobreza e fortalecendo o regime político centralizado no partido único (LEÃO, 2010).

3.1 A CHINA APÓS AS REFORMAS: O CONSENSO DE PEQUIM E SEUS RESULTADOS

Após o processo de desenvolvimento chinês conduzido por Deng Xiaoping e o assentamento de suas reformas houve o alavancamento da economia do país e o aumento de renda que tornaram possível uma melhora nas condições de vida da população. Levando esses fatores em consideração, a presente seção objetiva explorar o modelo de desenvolvimento estabelecido na China no momento pós reformas, conhecido como Consenso de Pequim, bem como elencar e discorrer sobre suas especificidades, responsáveis por dar destaque ao país no Sistema Internacional entre o final do século XX e início do século XXI.

O termo Consenso de Pequim foi cunhado em 2004 por Ramo, sendo uma ferramenta para explicar a ascensão chinesa no sistema internacional. O que uma vez era um país majoritariamente agrário e pobre passou a ganhar corpo até projetar-se como uma das principais potências internacionais no século XXI (LEITE, 2011; LIN, 2013). Conforme explicado por Ramo (2004), há o entendimento de que a China adotou uma estratégia que, além de ser distinta da proposta pelo Consenso de Washington também era uma maneira de contestar o entendimento liberal de que as mazelas do país eram originárias do intervencionismo do Estado. Assim, o autor apresenta três máximas que, em conjunto, dão forma ao Consenso de Pequim, desse modo, passaremos para uma breve explicação delas.

O fundamento principal do modelo de desenvolvimento chinês é a inovação, a primeira máxima do Consenso de Pequim. Argumenta-se que, através de estratégias inovadoras adequadas ao contexto internacional e doméstico a China garante resultados positivos em sua economia.

Tal máxima é verificada, principalmente, em dois momentos: durante a reforma agrária responsável por assentar a base produtiva para a industrialização do país no regime de Mao Tsé-Tung, e durante a abertura comercial promovida por Deng Xiaoping (RAMO, 2004). O uso da inovação como estratégia para alavancar a economia também foi utilizada em demais ocasiões, como na injeção de tecnologia no setor agrícola chinês, levando ao seu pico na década de 1980 (JIN et al, 2002) e no caso da Intel na década de 1990 (RAMO, 2004) .

A segunda máxima do Consenso de Pequim versa sobre o controle da instabilidade, que se dá através de evitar incertezas, garantindo a segurança de transações econômicas, prezando pelo equilíbrio internacional e doméstico. Isso é reforçado através do seu desenvolvimento que não adota um caráter quantitativo, ou seja, não procura aumentar meramente o PIB do país, mas sim promover reformas significativas na qualidade de vida e aperfeiçoamento das condições sociais. Dessa forma, passa-se a focar na melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano e na sustentabilidade do país, e não em sua renda per capita (RAMO, 2004).

Por fim, a terceira máxima discorre sobre a autodeterminação. Apesar de a China ter passado por um processo de abertura econômica no final dos anos 1970, isso não equivale à livre movimentação de capital estrangeiro, tampouco a subordinação do interesse nacional em detrimento do interesse de terceiros. O posicionamento chinês na comunidade internacional sempre foi forte e repudiando a exploração de países pobres por países mais ricos (RAMO, 2004)

Os três pontos que levam à compreensão do Consenso de Pequim passaram por uma reformulação e ampliação em 2010, realizadas por Li, Brødsgaard e Jacobsen (2010). Para estes, há dez pontos que definem o Consenso de Pequim, sendo: i) direitos políticos; ii) inovação endógena; iii) melhoria industrial constante; iv) liberalização financeira prudente; v) localização das melhores práticas; vi) gradualismo; vii) ambiente político estável; viii) crescimento econômico para a

harmonia social; ix) combinação de mercado e planejamento; e x) liberalização financeira prudente.

A soma desses dez pontos para o modelo de desenvolvimento chinês tem como resultado uma dicotomia entre controle estatal e uma liberdade de mercado — popularmente conhecida como “economia socialista de mercado” -. Isto é, o Estado tem o controle da esfera política como um todo, no entanto, recua no âmbito econômico se isso significar o desenvolvimento da indústria para o comércio internacional (LI, BRØDSGAARD e JACOBSEN, 2010).

A aplicação do Consenso de Pequim se deu a partir de 1978 e perdura até a década de 2020. Seu principal objetivo é garantir, por meio do seu funcionamento, ganhos para a sociedade como um todo, aumentando a renda média da população, melhorando o índice de desenvolvimento humano, e, consequentemente a qualidade de vida da população e aumentando a taxa de alfabetização (COLOMBO, 2017).

Assim, o Consenso de Pequim é um demonstrativo de como a China reformula-se em busca de diferentes soluções, o que acabou servindo como aspecto diferencial que levou a um desenvolvimento mais bem-sucedido (RAMO, 2004; LI, BRØDSGAARD e JACOBSEN, 2010). Demais abordagens acerca desse modelo de desenvolvimento serão apresentadas ao longo do capítulo.

3.2 ESTRATÉGIA GOING GLOBAL

A estratégia *Going Global* empregada pela China a partir da década de 2000 pode ser caracterizada em um primeiro momento como de viés forte e agressivo ao inserir suas empresas e negócios em mercados estrangeiros, tanto via exportações quanto via investimento direto no exterior. Ao tratar-se dessa iniciativa existem alguns pontos de concordância que giram em torno da centralidade do Estado e de sua atuação determinante para que seja bem-sucedida, fazendo com que a China se posicione entre os países líderes da economia mundial (ZWEIG, 2002; NOLAN, 2004). Desse modo, a presente seção tem como objetivo explorar a estratégia *Going Global* quanto ao seu funcionamento, objetivo e impactos.

A partir dos anos 2000 as autoridades chinesas passaram a recorrer ao mote “*Go Global!*” a fim de incentivar moralmente o investimento externo por parte de

empresas locais (HONG, SUN, 2004). Por trás desse incentivo havia o pensamento de que a globalização de empresas, incluindo as que se classificam como de pequena ou média escala, era um fator crítico para que a China desse continuidade ao seu desenvolvimento econômico (SIU, LIU, 2005). O objetivo principal era não permitir que o mecanismo do crescimento econômico estagnasse, dando a ele uma abrangência global por meio da conquista de novos mercados consumidores de produções locais, adquirindo, também, maiores habilidades, tecnologias avançadas e ativos de alto valor de caráter intangível — como marcas registradas — (BELLABONA, SPIGARELLI, 2007). Para além disso, os investimentos fora de domínios chineses seriam uma forma de contribuir para a redução do superavit comercial constante, abrindo mercados de escoamento para a produção (PALLEY, 2006; WILLIAMSON, 2005).

Desse modo, a estratégia *Going Global* pode ser interpretada como uma nova empreitada nacional de desenvolvimento, pautada por meio de ações consonantes entre agentes e materializada através do planejamento institucional articulado em diversas frentes, sendo uma iniciativa de longo prazo. Ela é determinada a partir de questões conjunturais e estruturais, domésticas e internacionais, na qual articula e direciona a economia do país por meio de ideais contrários aos de cunho liberal, fazendo com que a participação do Estado seja crucial.

Apesar de ter ganhado mais força a partir dos anos 2000, a estratégia *Going Global* foi articulada através de cinco quinquênios principais, necessários para a existência da estratégia, tendo seu início marcado em 1979 e seu fim previsto para o ano de 2005, quando estaria implementada (BELLABONA, SPIGARELLI, 2007). De acordo com Li Zhaoxi (2008) e Bellabona e Spigarelli (2007) as fases podem ser sumarizadas da seguinte maneira:

- A. Primeira Fase (1979 – 1983): Ausência de normas específicas e de regulamentações, sendo um período de testes. Houve a aplicação de um número de investimentos externos diretos bem reduzido. De 1979 até 1982 os empreendimentos realizados no exterior deveriam enviar relatórios a um conselho especializado para aprovação. A partir de 1983, o Ministério de Comércio e Cooperação Econômica Estrangeira tornou-se responsável pelo gerenciamento de IEDs (investimento externo direto) chineses. Durante esse período, o IED chinês era limitado a 9,2 milhões de dólares anuais.

- B. Segunda Fase (1984 – 1992): Na segunda fase houve uma pressão para que as corporações adquirissem tecnologia e participação de mercado no exterior. Isso levou ao estabelecimento de numerosas parcerias com empresas localizadas em Hong Kong que já buscavam uma maior relação comercial com a China. Entre 1984 e 1991 os investimentos externos diretos chegaram ao patamar de US\$0,2 bilhões de dólares ao ano.
- C. Terceira Fase (1993 – 1998): Ocorrem regulamentações mais fortes sobre a administração de empreendimentos no exterior, estreitando os gerenciamentos das mesmas através de um rigoroso processo de exame da condução da empresa por parte do Ministério de Comércio e Cooperação Econômica Estrangeira. O valor investido em IEDs sobe para US\$ 0,7 bilhões de dólares por ano.
- D. Quarta Fase (1999 – 2002): Há o encorajamento de projetos no estrangeiro através de políticas que facilitavam o processo burocrático envolvido no desenvolvimento de IEDs. O valor anual de IEDs se manteve o da fase precedente.
- E. Quinta Fase (2002 – 2005): Implementação total da estratégia *Going Global*.

De uma perspectiva macroeconômica, o encorajamento de crescimento internacional através de IEDs para fora do país foi de acordo com as necessidades da China de escoar seu superávit comercial (WONG, CHAN, 2003). Em uma visão microeconômica, a importância da internacionalização através de investimentos diretos é justificada pela necessidade de uma rápida aquisição de recursos de valor a fim de aumentar a competitividade chinesa em variados âmbitos, como a tecnologia e a construção de uma imagem positiva de escala global (BELLABONA, SPIGARELLI, 2007).

Para além disso, a iniciativa *Going Global* pode ser encarada como um processo de *win-win* no cenário internacional, uma vez que, de acordo com os discursos oficiais do PCC, os investimentos diretos trazem benefícios não apenas para a China mas também para países afetados pelas políticas expansionistas chinesas (WU, 2005). Para países centrais, os investimentos chineses representam uma oportunidade de fortalecer estrategicamente setores estagnados ou em declínio. Já os países semiperiféricos e periféricos tiram vantagem da possibilidade de

crescimento através do fornecimento de recursos financeiros, tecnológicos e de habilidades (BELLABONA, SPIGARELLI, 2007).

3.3 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A INCORPORAÇÃO DO SOFT POWER

A política externa da China, para Mendes (2008) é esculpida por motivações internas — como a estabilidade política e crescimento econômico —, e caracterizada por uma ativa diplomacia econômica que combina elementos de *hard power* e de *soft power* para assegurar suas prioridades. No âmbito multilateral, a China consegue exercer o seu *soft power* não apenas na economia mas também de forma cultural. No entanto, o país ainda recorre bastante à ascensão econômica como ferramenta para atingir a estabilidade interna e externa do país, afastando desconfianças da comunidade internacional sobre suas intenções (MENDES, 2008).

Além do rápido crescimento econômico verificado na China, devido aos seus investimentos, demais fatores foram responsáveis por aumentar a influência chinesa no sistema internacional, dentre eles a forma com a qual o país conduziu sua política externa e a importância que a publicização de seus valores e cultura ganhou, que acabaram transformando a China em um potencial competidor dos Estados Unidos (CHO, JEONG, 2008). Cho e Jeong (2008) também apontam três vieses principais responsáveis por contribuir positivamente com o *soft power* incorporado pela China: os valores políticos, a política externa e a cultura.

O viés de valores políticos é construído com base no Consenso de Pequim e inclui, além de um panorama econômico, visões políticas e sociais, já que carrega consigo o modelo político e social da China, com o Estado no centro. O segundo viés, da política externa, ganha força principalmente nas políticas regionais aplicadas no entorno asiático, no aumento da participação chinesa em fóruns internacionais e organizações multilaterais, como uma maneira de sinalizar seu papel responsável e cooperativo no sistema internacional, tendo como exemplo contribuições chinesas

com Missões de Paz das Nações Unidas, que no ano de 2016 atingiu a marca de US\$ 1 bilhão³.

No último viés, além de contribuir para a ascensão do país, a China consegue desenvolver o seu *soft power* por meio da promoção de sua língua e cultura, construindo uma força nacional — conforme abordado ao longo do primeiro capítulo — e trazendo desenvolvimento para o país. Isso ocorre, principalmente, através dos Institutos Confúcio que servem como ferramenta de diplomacia cultural para o Estado chinês. É importante destacar nesse momento a participação dos Institutos Confúcio para o pleno desenvolvimento chinês, no entanto, essa questão será aprofundada ao longo do próximo capítulo.

Para além disso, existem outras formas que o *soft power* é incorporado na política externa, fazendo com que os olhos da comunidade internacional se voltem para a China. Podemos elencar, como exemplo disso, os megaeventos esportivos promovidos pelo governo chinês, além da empreitada do lançamento de seu mercado cinematográfico de modo mais intensivo. Huang e Xiang (2018), apontam a existência de uma estratégia chinesa de se lançar em países com maiores populações, como é o caso do Brasil, a fim de atingir um número maior de pessoas através de um número menor de ações. Assim, abordaremos as demais investidas chinesas no cenário internacional, para, então, debruçarmo-nos acerca dos Institutos Confúcio.

3.3.1 Os Quatro Grandes da China

Durante a década de 1990, a China começou a desenvolver uma consciência a respeito da forma com a qual o restante do mundo percebia o país (SUN, 2015), existindo uma discrepância entre a forma com a qual a mídia apresentava a China e a percepção doméstica do país. Outro problema enfrentado pelo país eram os constantes ataques promovidos pela mídia ocidental, que repreendiam ações chinesas em relação ao Tibete, por exemplo. Tendo isso em vista, Xi Jinping em 2014 discursou a respeito do fortalecimento do *soft power* chinês, que deveria ter como objetivo principal a construção de um sistema efetivo de comunicação internacional,

³ China's growing global role and the impact of international law. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda2019/02/chinas-growing-global-role-and-the-impact-of-international-law/>>. Acesso em dez. 2020.

fazendo bom uso de novas mídias e aumentando a atratividade, credibilidade e criatividade da publicidade chinesa, o secretário-geral terminou seu discurso afirmando a necessidade de as histórias da China serem bem contadas, vozes chinesas bem divulgadas e as características do país, bem explicadas.

No entanto, anterior a esse discurso foi o anúncio do governo dado em 2009 sobre um financiamento de 6 bilhões de dólares destinados a acelerar a internacionalização de suas mídias (HU, JI, 2012). Como resultado disso, no ano seguinte aconteceu o lançamento internacional dos “Quatro Grandes” veículos midiáticos do país, sendo eles a *China Radio International (CRI)*, *China Daily*, *China Central Television (CCTV)* e a *Xinhua News Agency* (SHAMBAUGH, 2013). Assim, há a afirmação de que o governo chinês considera a mídia o maior instrumento da diplomacia pública de seu país (D’HOOGHE, 2015). Sequencialmente, abordaremos a caracterização e a importância desses veículos, que são: a *China Radio International*, o jornal *China Daily*, a *China Central Television* e a *Xinhua News*.

A *China Radio International (CRI)* teve sua fundação em 1941, é operada pelo Estado chinês sendo a única estação de rádio que conta com a transmissão para fora do país, diferentemente dos demais veículos de comunicação que serão explanados, a CRI tinha, desde seus primórdios o objetivo de transmissão para o exterior. Hodiernamente, a CR é transmitida internacionalmente e em 65 idiomas, sendo a organização midiática com o maior número de idiomas que demais veículos tradicionais e a segunda maior estação de rádio ao nível mundial, sendo ultrapassada pelas pela *BBC Radio* (YANG, 2018; HUANG, 2018). Para além disso, há a ambição de transformar a CRI em um grande grupo de mídia internacional, moderno e abrangente, para tanto, deu-se início a um processo de transição a fim de incorporar todos os meios de comunicação em massa a um único grupo de mídia integrado, alterando o seu foco da comunicação tradicional para novas mídias (HUANG, 2018). Além disso, o governo chinês passou a construir, a partir de 2006, estações de rádio internacionais, sendo a primeira delas estabelecida na cidade de Nairóbi, chegando a 130 estações construídas no final do ano de 2015 além de acordos de cooperação da exibição de seus programas com 160 canais ao redor do globo (HUANG, 2018).

O jornal *China Daily* também integra os Quatro Grandes, e é um dos dois jornais publicados em inglês no país, tendo como público-alvo a comunidade internacional, sendo o pioneiro nessa época, o veículo também conta com um website repleto de

informações relevantes. De acordo com o site do *China Daily*, o jornal conta com a circulação global de 900 mil cópias para 45 milhões de leitores, tanto na versão digital quanto na versão impressa. Conta, também, com a sua publicação física em 34 locais diferentes distribuídos entre a Europa, Ásia, África, América Latina, além dos Estados Unidos, Canadá e Hong Kong, sua distribuição é feita por intermédio de governos, embaixadas, universidades, corporações transnacionais, organizações internacionais e afins.

É necessário compreender os objetivos de um jornal com circulação tão ampla, para tanto, Hartig (2018) relata que o *China Daily* pertence ao *People's Daily*. O *People's Daily* é um jornal escrito em mandarim e é o porta-voz do Partido Comunista Chinês, controlado pelo Departamento de Publicidade do Partido Comunista Chinês. O *China Daily*, desse modo, pode ser compreendido como um esforço de propaganda do governo chinês que ganha forma através de reportagens que abordam assuntos sociais e cotidianos, bem como políticas governamentais.

No entanto, Hartig (2018) também destaca que, apesar de o *China Daily* ser um veículo oficial de comunicação, o seu alcance não é tão significativo quanto se espera, o que leva a China a realizar outros esforços no âmbito de sua internacionalização.

Outro importante vetor da internacionalização chinesa é a *China Central Television* (CCTV) fundada em 1980, ou seja, seu surgimento vai de encontro com a reforma e a abertura da China. Hu Jintao considerava a CCTV como uma importante via de mão dupla, através da qual o povo chinês poderia ter contato com o mundo exterior, ao passo que o mundo exterior poderia voltar seus olhos para a China. Nos anos 2000 houve a estreia do primeiro canal 24 horas em inglês a ser exibido pela central de televisão, que teve seu nome mudado para *China Global Television Network* (CGTN) em 2016, ganhando também a transmissão de seis canais internacionais, dois em inglês e o restante em espanhol, francês e árabe.

Para além disso, a central iniciou operações em centros regionais de notícias para oferecer perspectivas diferenciadas de histórias locais e de dar voz para visões chinesas sobre assuntos internacionais. Assim, no ano de 2012 houve a instalação de duas novas unidades: a *CCTV America* em Washington e a *CCTV Africa* em Nairóbi que contam com estúdios de tecnologia de ponta e empregam tanto correspondentes internacionais quanto jornalistas chineses (GONG, 2018). A CCTV também conta com

transmissão em 171 países e acordos de cooperação firmados com cerca de 70 instituições de mídia (HU, 2018).

A partir de 2011, a China passou a produzir, por intermédio do *CCTV News Content*, vídeos de notícias políticas, econômicas, sociais e culturais que eram fornecidos para outras transmissoras internacionais, como a CNN, BBC, NHK, e, em 2015, cerca de 1700 canais de televisão, de 92 países distintos utilizaram esses vídeos (GONG, 2018). A CGTN alcançou, no ano de 2017, um público de 200 milhões de pessoas fora da China, além de uma grande comunidade através de redes sociais, retendo um dos maiores contingentes de seguidores (cerca de 50 milhões) para uma agência de notícias (SHI, 2018). É importante ressaltar o momento no qual tudo isso acontece, já que a China foi contra a maré, uma vez que as redes midiáticas ocidentais vinham fechando escritórios estrangeiros, enquanto a China investia cada vez mais no exterior (HU, 2018).

Por fim, há a *Xinhua News Agency*, a maior agência de notícias da China, que conta com 180 escritórios internacionais e mais de 3 mil correspondentes e funcionários, responsáveis por publicar suas notícias em sete idiomas diferentes — francês, português, árabe, espanhol, japonês, russo e inglês — além do mandarim. Também são responsáveis por disponibilizar programas de vídeo, áudio e fotografia 24 horas (WU, 2018).

Apesar dos esforços chineses na internacionalização e globalização dos Quatro Grandes, a mídia internacional segue dominada por veículos tradicionais e ocidentais (XIAO, 2017). Assim, as agências chinesas ainda não conseguem alcançar o patamar de outros grandes veículos internacionais, apesar de um esforço extensivo. Muito disso se relaciona ao fato da existência de fortes críticas ao conteúdo transmitido pelas agências, que é associado à propaganda estatal. Para Hartig (2018), isso poderia ser solucionado caso as agências de comunicação passassem a ser estruturalmente independente do PCC, por mais que seguissem financiados por este. Há também a necessidade de aumentar a credibilidade dos veículos de comunicação, para que se tornem mais confiáveis para o restante do público internacional, que ainda tende a observar a China com desconfiança.

3.3.2 O cinema e o soft power

Há uma vertente alternativa, que, recentemente, começou a integrar os esforços da diplomacia cultural da China: o cinema. Em 2017, de acordo com a PwC China, o país tornou-se o maior em número de salas de cinema do mundo, ultrapassando os Estados Unidos, o que vem atraindo o interesse de atores globais (THUSSU, 2018). No entanto, a indústria do cinema é limitada, uma vez que o país impôs um sistema de cotas que limita a quantidade de filmes que podem ser produzidos com orçamento estrangeiro elevado — há a possibilidade de 34 produções desse tipo por ano —. Isso acaba intensificando acordos de coproduções internacionais, principalmente entre a China e estúdios hollywoodianos. No entanto, o controle sobre o mercado cinematográfico se estende, uma vez que o governo tem um controle a respeito de rumos do projeto, além da obrigatoriedade de financiamento chinês, utilização de atores chineses e gravações de cenas no país (KOKAS, 2017).

No entanto, o estabelecimento de coproduções internacionais também é uma jogada política. De acordo com Flew (2016), as coproduções fazem com que haja a formação de alianças estratégicas que conferem para a China maiores habilidades técnicas e conhecimento sobre a audiência estadunidense e seus interesses; em troca, a China fornece investimento financeiro e privilégios no acesso do seu mercado doméstico. A política de coproduções também faz com que o PCC consiga fomentar a sua própria indústria de mídia nacional e a marca da China (KOKAS, 2017).

Em 2012, Xi Jinping anunciou uma *joint venture* envolvendo muitos milhões de dólares entre estúdios cinematográficos dos Estados Unidos e da China, resultando no surgimento da *Oriental DreamWork*, afiliada aos estúdios *DreamWorks Animation* (SHAMBAUGH, 2013). Houve também uma colaboração da *Disney* com o Ministério da Cultura da China a fim de desenvolver a indústria de animação que trouxessem audiência ao nível global (THUSSU, 2018).

Isto posto, há ainda um risco corrido pela China ao firmar tantas coproduções em detrimento de produções próprias, uma vez que as coproduções são, via de regra, filmes de caráter altamente comercial e genérico, que geram receita e injetam capital nas indústrias culturais e midiáticas da China, mas, por outro lado, não auxiliam na construção de uma visão global positiva ou na disseminação da cultura chinesa por

intermédio de filmes (FLEW, 2016). Há também a questão da proximidade do Estado com a indústria, que, novamente, é alvo de críticas.

Segundo Kokas (2018), filmes gravados ou distribuídos na China se sujeitam à aprovação de um órgão regulatório do PCC, chamado *State Administration of Press, Publication, Radio, Film and Television*. O autor destaca, ainda, que a principal diferença se encontra no fato de que intervenções de caráter governamental acabam por impulsionar indústrias midiáticas, enquanto, em demais Estados, o que acontece é o caminho contrário.

De todo modo, Kokas (2017), analisa que a relação estabelecida entre o governo chinês e Hollywood é tanto competitiva quanto simbiótica, resultando da ambição estadunidense de ampliar seu mercado consumidor e da vontade chinesa de reduzir seu deficit de produções culturais. Entretanto, a natureza dessa relação traz consigo instabilidades, uma vez que as relações da indústria cinematográfica são fortemente ligadas e dependentes das relações de demais natureza entre os Estados Unidos e a China. A problemática desse relacionamento baseia-se no fato de que a China concentra um poder regulatório muito grande, que pode gerar grandes impactos em Hollywood, assim, existem altos riscos financeiros para investidores estadunidenses, já que a China consegue limitar o envolvimento hollywoodiano nas produções, mas o contrário não é verdadeiro.

Assim sendo, a China faz proveito do interesse externo em seu mercado doméstico ao limitar a entrada de filmes estrangeiros, sendo a alternativa a isso as coproduções entre o país asiático e terceiros. Desse modo, torna-se possível um posicionamento internacional mais vantajoso, além da China conseguir centralizar mecanismos regulatórios da indústria, colocando-a em uma posição de poder favorável em comparação aos Estados Unidos (KOKAS, 2017).

3.3.3 Eventos esportivos

Além dos mecanismos já apresentados, o esporte vem se mostrando um aliado cada vez mais importante do *soft power*. Um nítido exemplo disso foram os Jogos Olímpicos de 2008, sediados em Pequim, evento responsável por melhorar o relacionamento entre a República Popular da China (RPC) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), uma vez que a seleção de Pequim como sede de um evento

global serviu como um *turning point* para o país. A partir disso, a China se viu em uma posição totalmente centralizada — pelo menos ao longo das olimpíadas —, conferindo ao PCC um espaço privilegiado, que poderia ser utilizado para exibir internacionalmente os esforços acerca da expansão econômica e modernização do país (CORNELISSEN, 2010).

No entanto, muito pregar precedeu o recebimento dos jogos olímpicos, já que a seleção de Pequim como sede ocorreu em 2001. Chen (2010) descreve a existência de um temor racional durante o período entre 2001 e 2008, pois a ideia chinesa era a de construir uma poderosa imagem do país, mas, para tanto, fazia-se necessário compreender que o sistema internacional é dominado por valores e instituições ocidentais, o que tornava o peso da opinião pública sobre as Olimpíadas ainda maior.

Desse modo, a principal preocupação do então secretário-geral, Hu Jintao era tornar os Jogos Olímpicos de Pequim e os Jogos Paralímpicos — que também foram sediados no país — o mais satisfatório possível para a comunidade internacional, para os atletas e para as pessoas, como modo de cumprir o compromisso firmado pela China para com o sistema internacional (CHEN, 2010). Como resultado, a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim foi marcada por uma narrativa que disseminava os valores tradicionais chineses, sendo pautada na harmonia. Em termos de mobilização, os dezesseis dias de evento contaram com 1 700 000 voluntários, que desempenhavam papéis fora e dentro dos estádios (CHEN, 2010).

Richard Giulianotti (2015), aponta que os megaeventos desportivos são uma das mais poderosas manifestações contemporâneas da globalização, por possuírem reflexos na esfera social, política e econômica. O reflexo ocorre na esfera social porque as competições são acompanhadas por bilhões de pessoas ao redor do globo, na esfera política porque muitas vezes as cerimônias de abertura são responsáveis por reunir líderes políticos de todas as partes do mundo e na esfera econômica porque movimenta centenas de milhões de dólares. Para o autor, essas são as principais razões pelas quais a organização de megaeventos esportivos serve como um eficaz instrumento de *soft power* (GIULIANOTTI, 2015).

4 INSTITUTOS CONFÚCIO

Conforme apresentado no capítulo anterior, os Institutos Confúcio (ICs) servem como uma importante ferramenta de diplomacia cultural para o Estado chinês. A literatura já consagra a existência dos ICs como o projeto oficial de soft power chinês (GUTTENPLAN, 2012), enquanto outros os caracterizam como a manifestação mais palpável do soft power cultural empregado pela agenda chinesa (DELISLE, 2010). Becard e Filho (2019) ainda apontam que, apesar de existirem outros processos de internacionalização da China, os Institutos Confúcio, juntamente à mídia e ao cinema, são a forma mais proeminente e evidente da projeção chinesa. Isto posto, o presente capítulo busca explorar a relação estabelecida entre o surgimento dos ICs, o soft power e a política externa da China.

4.1 CARACTERIZAÇÃO, HISTÓRICO E CONTROVÉRSIAS

Os Institutos Confúcio, de acordo com a Constituição e os Estatutos dos Institutos Confúcio, são uma ferramenta que possuem como principal objetivo o aprofundamento de relações entre a China e demais nações, promovendo o desenvolvimento do multiculturalismo e construindo um mundo harmonioso (LAHTINEN, 2015). As unidades dos Institutos podem ser estabelecidas de diversas maneiras e contam com certo grau de flexibilidade, a fim de que circunstâncias ou necessidades específicas de diferentes nações sejam atendidas. Entretanto, a massiva maioria dos ICs possui uma disposição idêntica, formada pela parceria entre três instituições distintas que são a *Hanban* ou *Confucius Institute Headquarters*, uma instituição estrangeira apta para receber os ICs — via de regra uma universidade —, e uma instituição chinesa — também uma universidade, geralmente — (YANG, 2010).

A *Hanban* é um elemento chave para entender as dimensões do Instituto Confúcio, uma vez que é o órgão responsável pela administração dos ICs, além do desenvolvimento e da distribuição dos materiais didáticos, fornecimento de docentes capacitados e pela coordenação dos acordos de cooperação estabelecidos entre as instituições da China e do terceiro país. A *Hanban* é um órgão público e afiliado ao Ministério da Educação Chinês, tendo como comprometimento a promoção de recursos e serviços do ensino da cultura chinesa e do idioma no mundo, atendendo às demandas dos estudantes estrangeiros e contribuindo com o desenvolvimento do

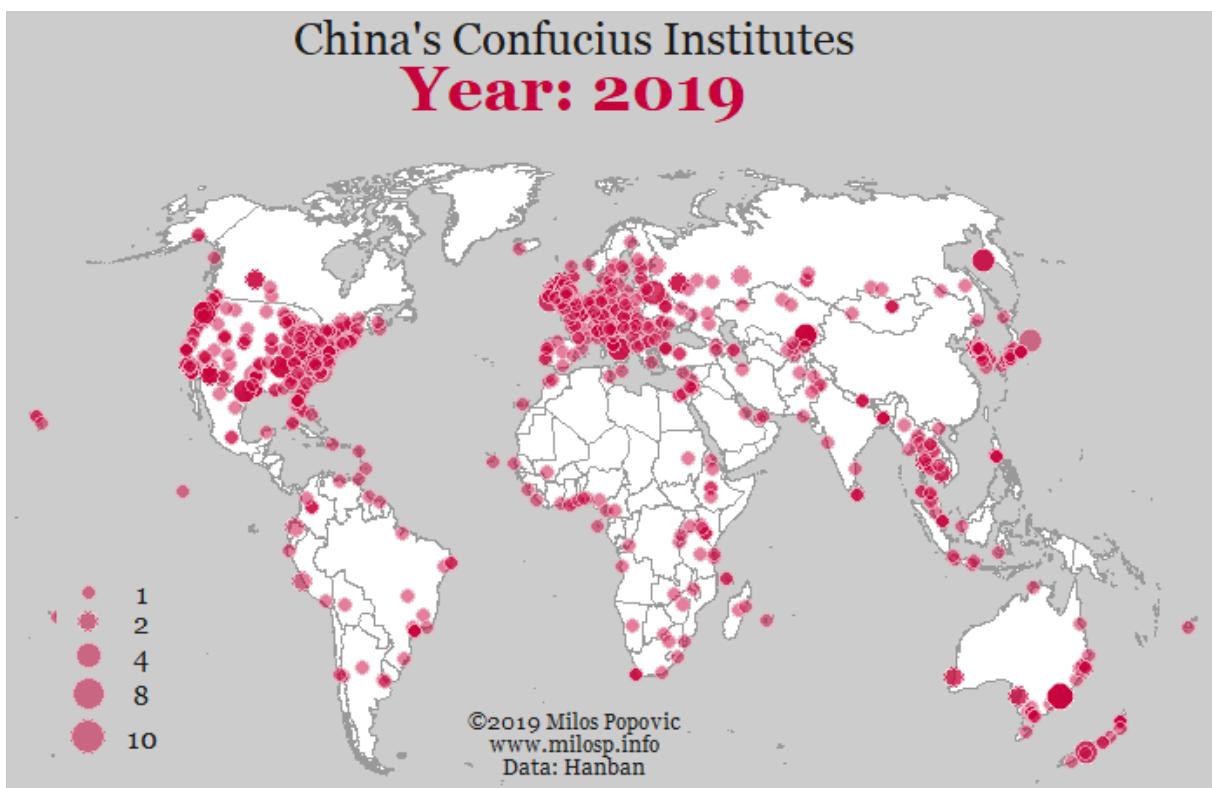
multiculturalismo e construção de um mundo harmonioso (HEADQUARTERS HANBAN).

Além disso, o órgão também é responsável pelo suporte financeiro dos ICs, pois uma vez estabelecidos, as unidades do Instituto Confúcio recebem um montante que deve ser utilizado para garantir seu pleno funcionamento. Não há, entretanto, um valor fixo recebido por cada IC, que flutua entre 100 e 150 mil dólares que cobrem os gastos iniciais da instituição (HARTIG, 2015). Uma vez consolidado, o financiamento dos institutos ocorre conjuntamente entre a *Hanban* e a universidade afiliada.

No ano de 2004 a *Hanban* lançou o seu primeiro protótipo do Instituto Confúcio, uma versão piloto que foi construída em Tashkent, Uzbequistão em junho deste ano, sendo o primeiro Instituto Confúcio inaugurado oficialmente em Seul, Coreia do Sul em novembro de 2004 (GIL, 2017). É necessário destacar que existem duas formas de estabelecimento, os Institutos Confúcio propriamente ditos e as *Classrooms*, que, apesar de terem uma performance semelhante ao dos ICs, tem seu foco voltado para alunos de ensino fundamental e médio, enquanto o Instituto Confúcio aceita alunos acima de dezesseis anos. No entanto, ambos partilham dos mesmos princípios e regras a serem seguidas.

Segundo o site oficial da *Hanban*, atualmente existem 541 Institutos Confúcio e 1 170 *Classrooms* distribuídas em 162 países em todas as regiões do mundo. A distribuição se dá da seguinte forma: na Ásia, 39 países são responsáveis por abrigarem 135 ICs e 115 *Classrooms*; na África, 46 países são abrangidos pela iniciativa, existindo 61 ICs e 48 *Classrooms*; a Europa tem 43 países contemplados com 187 ICs e 346 *Classrooms*; na América existem 138 ICs e 560 *Classrooms* distribuídas em 27 países; por fim, a Oceania conta com 20 ICs e 101 *Classrooms* em 7 países. É importante ressaltar que o Brasil é o país na América Latina onde há o maior número de Institutos Confúcio, e, dos 41 ICs existentes na América Latina e Caribe, 10 são localizados no Brasil, a implementação e relação dos ICs com o Brasil será aprofundada na próxima seção. A distribuição geográfica fica a seguinte:

Mapa dos Institutos Confúcio ao redor do mundo no ano de 2019



Fonte: Mlios Popovic (2021).

Outro ponto de destaque ao se mencionar o Instituto Confúcio é a constante comparação realizada com demais institutos linguísticos e culturais, como o Instituto Goethe, Instituto Cervantes e Aliança Francesa. Entretanto, alguns nomes da literatura apontam que, apesar de semelhanças básicas, existem características que diferenciam as iniciativas. Um dos principais pontos de discrepância é a representação dos órgãos no exterior: os institutos europeus são a representação de um Estado em território internacional enquanto os ICs têm a sua imagem atrelada ao partido único do Estado Chinês, representando, para alguns autores, o próprio Partido Comunista Chinês (RAWNSLEY, 2009; HUGHES, 2014). Essa ligação direta entre os ICs e o PCC é o fator responsável pela maioria das críticas que os Institutos recebem, já que passam a serem vistos como uma ameaça à liberdade acadêmica (HUGHES, 2014).

Ao se realizar uma rápida análise da bibliografia acerca dos ICs é possível apontar que a visão mais crítica sustentada pela literatura provém de estudos de autores não chineses, enquanto produções acadêmicas chinesas tendem a realizar estudos acerca da eficácia dos Institutos Confúcio na construção de uma imagem chinesa positiva (XIAO, 2017). No entanto, nem todos os estudos realizados fora da China tratam os ICs como um aspecto negativo, percebendo-os como um vetor de

idioma, cultura e como resultado concreto do aprimoramento do *soft power* chinês (XIAO, 2017).

4.2 INSTITUTOS CONFÚCIO NO BRASIL

O estabelecimento do primeiro Instituto Confúcio no Brasil ocorreu no ano de 2008, uma parceria da Universidade Estadual Paulista (UNESP) com a Universidade de Hubei em Wuhan, na China. Tal ação pode ser percebida como um resultado concreto de uma extensa cooperação sino-brasileira, que abrange diversos interesses e temáticas, demonstrando o avanço para além de parcerias econômicas e comerciais.

No âmbito da tecnologia, Brasil e China têm um escopo abrangente, incluindo tecnologia espacial, nanotecnologia, biotecnologia, astronomia, energias renováveis, tecnologia da informação e comunicação, mudanças climáticas dentre outros. Em 1988, foi firmado o acordo de cooperação para o desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, sendo o primeiro acordo de alta tecnologia feito entre países em desenvolvimento (PAULINO, 2019). Existem também, um alto número de acordos de cooperação entre universidades brasileiras e chinesas, além de um aumento na procura de cursos de pós-graduação e graduação na China. Outro viés importantíssimo nas relações sino-brasileiras é o econômico, uma vez que a China é um dos maiores investidores atuais no Brasil, operando, principalmente, através da Associação Brasileira de Empresas Chinesas, responsáveis por atuar em diversas áreas e investir ao longo de todo território brasileiro (PAULINO, 2019).

Como resultado, o interesse no aprendizado da língua chinesa no Brasil cresceu, justificado, de acordo com Paulino (2019), pela barreira linguística existente entre os dois países, o que acaba sendo um obstáculo para o aprofundamento da cooperação bilateral na área acadêmica, de pesquisa e cultural. Há também, uma necessidade crescente de profissionais brasileiros com conhecimento do idioma e da cultura chinesa, que não vinha sendo suprido, impondo dificuldades para empresas chinesas que atuam no território brasileiro.

Desse modo, o estabelecimento dos Institutos Confúcio no Brasil serve como ferramenta para dirimir as dificuldades apresentadas, e, mais importante, é uma iniciativa que parte do próprio governo da China, que vê no Brasil a possibilidade de uma parceria bilateral frutífera, voltada para a integração cultural e acadêmica de suas

partes, oferecendo para a sociedade civil cursos voltados para a história, cultura, culinária, costumes, literatura e arte, além do ensino da língua propriamente dita. Os ICs promovem, também, um leque amplo de atividades que incluem oficinas de arte, mostras de cinema, oficinas de caligrafia, apresentações de dança, cursos sobre cultura chinesa, dentre outras afins. Há também o oferecimento de bolsas de estudo na China, tanto em cursos de aperfeiçoamento da língua e cursos de pós-graduação em língua chinesa, oferecidas pelo próprio Instituto Confúcio (PAULINO, 2019).

Até o ano de 2021, o Brasil conta com dez unidades do Instituto Confúcio, além de duas *Classrooms*, distribuídas por diferentes regiões do país. A relação dos ICs, sua data de fundação no Brasil e universidades envolvidas fica da seguinte forma:

Tabela 02 — Institutos Confúcio no Brasil

INSTITUIÇÃO BRASILEIRA	ANO DE CRIAÇÃO	INSTITUIÇÃO CHINESA
UNESP	24 de julho de 2008	Huber University
UNICAMP	17 de julho de 2014	Beijing Jiaotong University
UNB	26 de setembro de 2008	Dalian University of Foreign Languages
UFMG	2013	Huazhong University of Science and Technology
UFRGS	Abril de 2012	Communication University of China

UFPE	Junho de 2013	Central University of Finance and Economics
UFC	Julho de 2017	Nankai University
UEPA	Julho de 2014	Shandong Normal University
PUC Rio	2011	Hebei University
<i>Classroom</i> da UNESP em São Luís, Maranhão	2018	Hubei University
<i>Classroom</i> da UNESP em Manaus, Amazonas	2019	Hubei University

Fonte: Portais do Instituto Confúcio (2021). Elaborada pelos autores.

A distribuição geográfica dos Institutos Confúcio no Brasil dispõe-se da seguinte maneira, sendo as marcações em amarelo a representação de um Instituto Confúcio e as marcações em preto a representação dos *Classrooms*:

Mapa da distribuição geográfica dos Institutos Confúcio no Brasil.



Fonte: Instituto Confúcio (2021). Elaborada pelos autores.

Além disso, a UNESP conta com outras treze sub-unidades do Instituto Confúcio no estado de São Paulo, incluindo dois *Classrooms* na cidade de São Paulo, que constam no mapa. Apesar de existir uma dificuldade para realizar o levantamento de dados, estima-se que, apenas na unidade da UNESP, o Instituto Confúcio recebeu, ao longo de dez anos (2008 – 2018), cerca de onze mil alunos. Torna-se importante ressaltar que os cursos oferecidos pelas unidades do IC não se restringem apenas para estudantes matriculados na universidade brasileira, sendo abertos à toda a comunidade, visando atingir o maior número de pessoas possível. Isso corrobora com o pensamento de Huang e Xiang (2018), que, ao realizarem um extenso estudo acerca dos fatores ponderados ao se designar uma nova unidade dos ICs, conseguiram

perceber uma crescente tendência de realizar a instalação das instituições em países com grandes populações, a fim de mobilizar o maior número de estudantes possível.

Os ICs também vêm ganhando uma maior notoriedade na comunidade brasileira devido ao seu programa de bolsas de estudos, o que acaba contribuindo para um crescimento em seu número de alunos. As bolsas de estudo contemplam cursos de verão na China, cursos de aperfeiçoamento em língua chinesa e mestrado em língua chinesa. Os cursos têm duração variada, sendo o tempo mínimo seis meses e o tempo máximo dois anos. Mais uma vez, torna-se difícil apontar com exatidão o número de alunos de todas as unidades brasileiras que foram contemplados com bolsas de estudo. No entanto, segundo Paulino (2019), mais de quatrocentos alunos do Instituto Confúcio UNESP foram enviados para a Universidade de Hubei entre 2010 e 2018, o autor ainda aponta que o estabelecimento de um intercâmbio acadêmico e cultural entre o Brasil e a China representa um passo significante na formação de uma nova comunidade epistêmica dotada do conhecimento linguístico e cultural necessários para que os laços de cooperação entre os dois países sejam estreitados.

4.3 DEBATE FINAL

Existem variados debates acerca da disseminação dos Institutos Confúcio, sejam eles para apontar a iniciativa chinesa como uma ameaça para a segurança nacional, como ocorreu nos Estados Unidos, sejam para averiguar o desempenho dos ICs como vetores da cultura, idioma e imagem chinesa internacionalmente. Assim, um mesmo projeto possui diversas leituras e pontos de discordância.

Parte das ressalvas para com o projeto tem origem no formato de *joint venture* que rege a instauração dos Institutos Confúcio, uma vez que os recursos disponibilizados pela *Hanban* são finitos e há a exigência de investimentos da universidade estrangeira para que a iniciativa tenha êxito (HARTIG, 2015). No entanto, independentemente do nível de investimento feito pela *Hanban*, há uma “livre passagem” para a divulgação de valores chineses, que são sustentados por uma retórica advinda do Partido Comunista Chinês, o que, para muitos, desqualifica os Institutos, que passam a serem vistos como uma ferramenta propagandística e ideológica, e não como um esforço de política externa (HARTIG, 2015).

O autor indica, também, uma discrepância entre a imagem que a China pretende passar por meio de iniciativas de *soft power* e a imagem que se forma de fato no restante do mundo, uma vez que as iniciativas estatais sempre descrevem o país como um exemplar do desenvolvimento pacífico em busca da construção de um mundo harmonioso, e, para que isso torne-se verdade, a China passa a apostar em ações de política externa que corroborem com a narrativa formada. No entanto, isso é posto em cheque em algumas sociedades que tendem a repudiar muito mais a China por ações como prisões de defensores de direitos humanos, censuras midiáticas e também a questão territorial do Tibete, o que acaba arranhando a credibilidade que a China empenha-se em criar no sistema internacional.

Uma exemplificação disso pode ser observada ao se analisar o índice *Soft Power30*, desenvolvido pela Portland, uma consultora de comunicação estratégica. O *Soft Power30* é responsável por fazer uma análise quantitativa e qualitativa de componentes do *soft power*, que leva em consideração fatores como governança, educação, cultura e envolvimento, a fim de criar um ranking com os trinta Estados que possuem um *soft power* proeminente. Apesar da China esforçar-se muito para estabelecer e dar continuidade ao seu projeto de *soft power*, isso não é o suficiente para garantir um bom posicionamento no índice. Entre os anos de 2015 e 2019 a China só conseguiu alcançar o 25º lugar no ano de 2017, caindo, posteriormente, para a 27ª posição que ocupa até hoje. Isso faz com que a China se posicione pior do que países como o Brasil, Grécia e a República Checa, por exemplo.

É importante destacar que as críticas contundentes são muito mais direcionadas ao Instituto Confúcio ser associado a um instrumento propagandístico que seria responsável por disseminar o pensamento do Partido Comunista Chinês, não havendo muitas críticas e ressalvas à *real* ação dos Institutos dentro de um terceiro país.

De todo modo, o uso de institutos culturais como uma ferramenta da diplomacia cultural já vem ocorrendo há mais tempo, tendo em vista a existência de variantes europeias como o Instituto Goethe, Aliança Francesa e Dante Alighieri, que, assim como os ICs, possuem um direcionamento de acordo com as ideias e ideais a serem propagados (LEUNG; DU CROS, 2014). No entanto, há uma diferença bem importante a ser destacada: ao contrário dos demais institutos culturais, que também

têm um viés ideológico, apenas o Instituto Confúcio é considerado uma “ameaça” e um “veículo propagandístico” (LIU, 2017).

Para Liu (2017), isso pode ser a representação do medo de que haja uma dominação cultural do ocidente pelo oriente, assim, por mais que todos os institutos possuam objetivos semelhantes, eles não enfrentam o mesmo tipo de acusação. A disseminação de valores ocidentais no próprio ocidente não é motivo de preocupação, uma vez que há um compartilhamento de valores — incluindo valores políticos — entre as partes, que veem, no caso de institutos europeus, a singela tentativa da promoção cultural e idiomática, sem valores indesejados atrelados.

Apesar da existência de críticas e ressalvas, os Institutos Confúcio ainda se mostram uma forma eficaz de criar acordos de cooperação entre diferentes instituições de ensino ao redor do mundo, conectando, diretamente, um elevado número de pessoas à China, seja por intermédio da concessão de bolsas de estudo, ensino da língua e cultura ou demais atividades promovidas (ZAHARNA, 2014).

Outro impacto ocorrido desde a criação do Instituto Confúcio foi o aumento no número de viagens que tinham como destino a China. Lien, Ghosh e Yamarik (2014), foram responsáveis por conduzirem um estudo que analisava a entrada de turistas na China no período entre 2004 e 2010; o estudo dividia os turistas em cinco grupos, de acordo com o motivo da visita, e o resultado apontou que turistas advindos de países que contavam com a presença de um Instituto Confúcio eram a maioria, e visitavam o país para fins de trabalho. Isso é explicado através de um efeito de *spillover*, no qual ao passo que a China cresce, passa a atrair a condução de negócios em seu próprio território, isso é insuflado através dos Institutos Confúcio que são ferramentas necessárias para a redução de barreiras idiomáticas, aumentando, consequentemente, o fluxo de turistas (principalmente no âmbito de negócios) para o país, sendo, assim, uma eficiente ferramenta de *soft power*, apesar de suas limitações.

5 CONCLUSÃO

Apesar das discussões acerca da diplomacia pública terem aumentado a partir do 11 de setembro de 2001, é desde a década de 1990 que temáticas semelhantes vinham ganhando espaço nas discussões de Relações Internacionais. Porém, é depois dos ataques ao Pentágono que os fatores não tangíveis de política externa realmente passam a integrar a agenda dos Estados, e, assim como os modelos de comunicação e tecnologia passaram por uma revolução entre o final da Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria, o mesmo deveria acontecer com a diplomacia pública, para que houvesse uma maior compreensão dos acontecimentos do sistema internacional.

Assim, a diplomacia pública passa a ser aplicada com muito mais afinco. É nesse cenário que a China ressurge, e de forma muito sagaz passa a prestar atenção na sua necessidade doméstica e internacional do desenvolvimento de um *soft power* com o qual fosse capaz de contar. Para tanto, desenvolveu a sua diplomacia cultural através da divulgação da cultura chinesa, que seria responsável por projetar uma imagem positiva do país no sistema internacional e dirimir, aos poucos, a ideia de que a China é uma ameaça para a cultura Ocidental.

Apesar de darem um enfoque especial para a diplomacia cultural, as ferramentas empregadas pelo Partido Comunista Chinês se mantêm tão tradicionais quanto possível, sendo as principais a TV, rádio, cinema, jornal e institutos culturais. O principal ponto de diferença, torna-se, portanto, a presença central do Estado na tomada de decisões, o que muitas vezes é percebido como um mecanismo de censura para os padrões ocidentalizados com os quais estamos acostumados.

Dessa forma, por mais que haja um esforço muito grande e coordenado por parte do estado chinês na construção de uma imagem harmoniosa e recepção positiva da China no sistema internacional, ainda há, por parte da sociedade civil global, um medo muito grande em “aceitar a dominação” de um país distante e que pouco partilha dos valores considerados essenciais — como a preservação do modelo de democracia presidencial —, o que faz com que, muitas vezes, o resultado não seja o melhor possível.

Ao se analisar a plataforma *SoftPower30*, um banco de dados que analisa o quociente de *soft power* dos 30 países que mais pontuam dentro desse sistema, torna-se possível ver que, apesar de todos os esforços empregados pelo governo chinês, a

China flutua bastante no ranking, chegando a 27.^a posição no ano de 2021, ficando atrás, inclusive, do Brasil. Outra questão recente que muito afetou a imagem da China internacionalmente foi a disseminação do coronavírus, que, apesar de já ter sido controlado em território chinês e apesar da iniciativa chinesa da realização de vacinas, acabou gerando um estigma muito forte e reafirmando pensamentos xenófobos que contribuem para uma má percepção do país.

No tocante aos Institutos Confúcio, por mais que haja casos isolados nos quais as universidades estrangeiras acabaram se desvinculando do programa, e de declarações acerca do fato de que os ICs são uma “ameaça à liberdade acadêmica e à segurança nacional”, o programa ainda consegue gerar resultados positivos para o país, como o aumento de turistas.

Por fim, a China ainda possui um longo caminho a ser percorrido caso queira que a visão positiva do país seja mais difundida. No entanto, a parcela ocidental não pode esperar uma total adequação por parte de uma nação milenar para que as suas ações externas se tornem mais toleráveis. Por outro lado, a China peca ao reforçar a ideia de que seu regime é extremamente autoritário quando se recusa a tratar de assuntos como o Tibete ou violações de direitos humanos. Assim, os Institutos Confúcio e as demais ferramentas de *soft power* tem uma importância significativa na construção de uma China harmoniosa e admirável, no entanto, essa imagem é construída por várias facetas que, isoladas, não serão o suficiente para prosperar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. **Processo de Industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Unesp; Campinas: Unicamp, 2003.
- BELLABONA, P.; SPIGARELLI, F. **Moving from Open Door to Go Global: China goes on the world stage.** Int. J. Chinese Culture and Management, Vol. 1, No. 1, pp.93–107. 2007.
- BIELER, A. MORTON, A.D. **A critical theory route to hegemony world order and historical change:** neo-Gramscian perspectives in International Relations. 2004.
- CAO, Qing. **The language of soft power:** mediating socio-political meanings in the Chinese media. 2011.
- CARR, E. H. **The Twenty Years' Crisis 1919 – 1939:** An Introduction to the Study of International Relations. Macmillan, 1946. CHO, Young Nam; JEONG, Jong Ho. **China's soft power:** Discussions, resources and prospects. Asian Survey. v. 48, n. 3.,2008. p. 453-472.
- CHEN, Weixing. **The Communication Gesture of the Beijing Olympic Games.** Sport in Society. v.13. n.5 2010. p. 813 -818.
- COLOMBO, Fábio G. **O Desenvolvimento Chinês nos Séculos XX e XXI: O Consenso de Pequim.** Universidade Federal de Santa Catarina. Monografia. 2017.
- CULL, Nicholas J. **Decline and fall of the United States Information Agency:** American public diplomacy, 1989-2001. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012.
- CUMMING, Milton. **Cultural diplomacy and the United States government:** a survey. Washington, D.C.: Center for Arts and Culture, 2003.
- D'HOOOGHE, Ingrid. **China's public diplomacy.** Leiden: Brill, 2015.
- FLEW, Terry. **Entertainment media, cultural power, and post-globalization:** The case of China's international media expansion and the discourse of soft power. Global Media and China, v. 1, n. 4, p. 278-294, 2016.
- FONTANA, Benedetto. **Hegemony and Power:** On the Relation Between Gramsci and Machiavelli. University of Minnesota Press, 1993.
- GILBOA, Eytan. The International Encyclopedia of Political Communication. In: MAZZOLENI, Gianpietro (ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication.** 1. ed. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2015. v. 3, cap. Public Diplomacy, p. 1-8.
- GIULIANOTTI, Richard. **The Beijing 2008 Olympics:** Examining the Interrelations of China, Globalization, and Soft Power. European Review. 2010

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prision Notebooks.** Lawrence and Wishart, 1971.

HARTIG, Falk. **Confusion about Confucius Institutes, soft power push or conspiracy? A case study of Confucius Institutes in Germany.** 2010.

HU, Zhengrong; JI, Deqiang. **Ambiguities in communicating with the world:** the "Going-out" policy of China's media and its multilayered contexts. Chinese journal of communication, v. 5, n. 1, p. 32-37, 2012.

HUANG, Kuo. **The 'going out' of China Radio International.** In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). China's media go global. Londres: Routledge, 2018

HUANG, Wh; XIANG, J. **Pursuing Soft Power through the Confucius Institute: a Large-N Analysis.** Journal of Chinese Political Science. v.24. 2018.

HONG, E; SUN, L. **Go overseas via direct investment. Internationalization strategy of Chinese coorporation in a comparative prism.** Center for Financial and Management Studies. 2004.

JIN, et al. **The Creation and Spread of Technology and Total Factor Productivity in China's Agriculture.** American Journal of Agricultural Economics. v. 84. 2002.

KOKAS, Aynne. **Hollywood made in China.** Oakland: University of California Press, 2017.

KOKAS, Aynne. **Predicting volatility between China and Hollywood:** Using network management to understand Sino-US film collaboration. Global Media and Communication, 2018.

KURLANTZICK, Joshua. **Charm Offensive:** How China's Soft Power is Transforming the World. 1 edição. Nova Iorque: Vail-Ballou Press, 2007.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas:** Uma Interpretação. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. 2010.

LEGUEY-FEILLEUX, Jean-Robert. The Dynamics of Diplomacy. In: **The Dynamics of Diplomacy.** 1. ed. Boulder, USA: Lynne Rienner, 2009. cap. Introduction, p. 1-15.

LEONARD, Mark. **Public diplomacy.** Londres: Foreign Policy Centre, 2002.

LESSA, Mônica. Relações culturais internacionais. In: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Olhares sobre o político:** novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 11-25.

LI, X.; BRØDSGAARD, K. E.; JACOBSEN, M. **Redefining Beijing Consensus:** Ten General Principles. China Economic Journal. 2010. p. 297-31

- LIMA, JÚNIOR, Antonio F. de. **A sociologia dos conceitos de diplomacia pública e de poder brando.** In: 6º Encontro Nacional da ABRI, 2017, Belo Horizonte, MG. Anais, 2017.
- LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: Fundamentos políticos internos.** Brasília: FUNAG, 2010.
- LUKES, Steve. **Power: A Radical View.** MacMillan Press, 1974.
- MARTINS, Marco António B. **Smart Power e Diplomacia Pública da RPC perante os BRIC.** Daxiyangguo, nº. 16, pp. 33-52, 2011.
- MEDEIROS, C. **Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China.** In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A; SERRANO, F. (orgs.) O Mito do Colapso do Poder Americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MENDES, Carmen Amado. **Política Externa Chinesa:** um jogo de vários tabuleiros. Revista de Estudos Chineses. Instituto Português de Sinologia. 2008. pp. 229 - 242.
- NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: transitions and growth.** Cambridge, MA: MIT Press. 2007.
- NYE, Joseph S. **Soft power.** Foreign Policy. no. 80. 1990. p.153-171.
- NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** 1 edição. Nova Iorque: Public-Affairs, 2004.
- NYE, Joseph S. **Think again: soft power.** Foreign Policy. 2006. Disponível em <<http://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>>. Acesso em 22 ago. 2020.
- NYE, Joseph S. Soft power and cultural diplomacy. In: **Public Diplomacy Magazine.** University of Southern California. 2010.
- PALLEY, T. **External contradictions of the Chinese development model:** export-led growth and the danger of global economic contraction. The Journal of Contemporary China. n. 46. 2006.
- QUINZANI, Marcia Angela Dahmer. **A política externa da China para o Brasil:** riscos e potencialidades. Dissertação. (Tese Mestrado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2019.
- RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus.** The Foreign Policy Center. 2004.
- RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural:** seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- SADDIK, Said. **El papel de la diplomacia cultural en las relaciones internacionales.** Revista CIDOB d'Afers Internacionals, No. 88, pp. 107-118. 2009.

SANTAYANA, M. **No centro do mundo.** In: III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. (Org.). China. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

SHAMBAUGH, David. **China goes global: the partial power.** Oxford: Oxford Un. Press, 2013

SILVA, Lidiane Pascoal da. **Política Externa Chinesa após 1980: uma ascensão pacífica.** Mundorama - Revista de divulgação científica em Relações Internacionais. 2016.

SIU, W; LIU, Z. **Marketing in Chinese Small and Medium Enterprises:** the state of the art in a Chinese socialist economy. *Small Business Economics.* v. 25. 2005.

SUN, Wanning. **Slow boat from China:** public discourses behind the ‘going global’ media policy. *International Journal of Cultural Policy,* v. 21, n. 4, p. 400-418, 2015.

THUSSU, Dava Kishan. **Globalization of the Chinese media:** the global context. In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). *China's media go global.* Londres: Routledge, 2018.

TREMBLAY, Mathieu. **L'émergence du soft power chinois.** Plateforme Québécoise de Journalisme Citoyen. 2007.

VISENTINI, Paulo G. F. **A novíssima China e o Sistema Internacional.** *Revista de Sociologia e Política.* v 19. No suplementar. pp. 131 - 141. 2011.

WILLIAMSON, J. **The choice of exchange rate:** the relevance of international experience to China’s decision. *China and World Economy.* n 13. 2005.

WU, F. **The Globalization of corporate China.** NBR Analysis. v. 16.n 3. 2005.

WU, J. **Understanding and interpreting chinese economic reform.** Mason: Thomson Higher Education. 2005.

YANG, Suzanne Xiao. **Soft power and the strategic context for China’s ‘media going global’ policy.** In: THUSSU, Daya Kishan; DE BURGH, Hugo; SHI, Anbin (Ed.). *China's media go global.* Londres: Routledge, 2018.

YUKARUC, Umut. **A critical approach to soft power.** *Journal of Bitlis Eren University Institute of Social Sciences,* 2017. pp. 491 – 502.

ZAMORANO, Mariano M. **Reframing Cultural Diplomacy:** The Instrumentalization of Culture under the Soft Power Theory. *Journal of Current Cultural Research.* v. 8, pp. 166-186. 2016.

ZHANG, Guozuo. **Research Outline for China’s Cultural Soft Power.** Springer. 2017.

ZONENSCHAIN, C. N. **O caso chinês na perspectiva do “catch-up” e das instituições substitutas.** Tese de Doutoramento. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ, 2006.